



Número: **0800005-16.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **08/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOEL FREITAS DA SILVA (AUTOR)		ARTHUR LENNON ALVES MENESES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4030574	08/01/2019 17:35	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4030577	08/01/2019 17:35	<a href="#">AÇÃO DPVAT - JOEL FREITAS DA SILVA</a>	Petição
4030578	08/01/2019 17:35	<a href="#">PROCURAÇÃO JOEL FREITAS DA SILVA</a>	Procuração
4030580	08/01/2019 17:35	<a href="#">Docs que instruem a inicial - Joel Freitas</a>	Documentos
4233732	07/03/2019 10:59	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
5691627	18/07/2019 12:07	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
5691628	18/07/2019 12:07	<a href="#">262496 CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
5845379	02/08/2019 07:40	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição
5845380	02/08/2019 07:40	<a href="#">1- PET. HABILITAÇÃO</a>	Petição
5845381	02/08/2019 07:40	<a href="#">2 - PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVOS</a>	Procuração
5845382	02/08/2019 07:40	<a href="#">3 - SUBSTABELECIMENTO DPVAT GERAL - COM ASSINATURA</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
7366124	27/11/2019 11:49	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
7366139	27/11/2019 11:52	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

Segue em anexo a petição.



**Exmo. Sr. Dr. Juiz Titular da Vara Cível da Comarca de União - PI**

**JOEL FREITAS DA SILVA**, brasileiro, portador da identidade nº 1.683.582 SSP/PI, CPF: 634.828.003-91, residente e domiciliado na Rua PE. Simpliciano, nº 1935, São Pedro, União - PI, vem à presença de V.Exa., por seus advogados e procuradores abaixo assinados, (instrumento procuratório anexo) com escritório localizado na Av. 19 de outubro, 1079, bairro: Lourival Parente, Teresina-PI, onde recebem intimações de estilo, promover com embasamento legal na lei 9.099/95, art. 4º inciso III, a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em face de Seguradora **LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Assembleia, nº 100, 17º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-904, aduzindo o seguinte:

**DOS FATOS**

Na data de 24 de novembro do ano de 2017, por volta das 08h30min, o autor foi vítima de acidente motociclístico, quando trafegava pela estrada que dá acesso a Vila Conquista, quando surgiu em sua frente um garoto em uma bicicleta, que não teve como desviar, batendo na referida bicicleta, como consequência teve cortes profundos e uma pancada na cabeça, apresentando posteriormente Traumatismo craniano evoluindo pra cefaleia, tontura e recorrentes episódios de amnésia, fato este registrado junto à autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **o requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura**, conforme os documentos anexos nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Desta forma, resta comprovada a invalidez permanente do requerente, daí o direito subjetivo de perceber o prêmio do seguro DPVAT, haja vista sido diagnosticado por médico competente.



É norma legal que não existe cobertura para a invalidez temporária, devendo a parte interessada comprovar ser a mesma definitiva, já que a indenização não cobre o acidente em si, mas sim, as consequências desse sinistro, ou seja, um dano coberto e definido pela lei 6.194/74, condições preenchidas pelo autor, conforme documentos anexos.

O pedido ora formulado tem embasamento nos artigo 3º e 5º da lei n. 6.194/74 que disciplinam:

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, nos valores se seguem, por pessoa vitimada.**

**Art. 5º- O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida franquia de responsabilidade do segurado.**

**§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos.**

**(...)**

**§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também qualificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. (incluído pela lei 8.441, de 1992).**

**(.....)**

**§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios**



**com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.”.**

Portanto, o pleito ora formulado tem embasamento legal, haja vista estar comprovada a invalidez permanente do autor, um dano lamentável, entretanto, não recebeu da requerida a atenção devida.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **DO CONVÊNIO Nº 69/2015 ENTRE O TJ-PI E A SEGURADORA LÍDER**

A Seguradora Líder celebrou convênio nº 69/2015 com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, publicado no DJ de 11/02/2016 (*em anexo*), vigente por 24 (*vinte e quatro*) meses a partir desta data, para realização de perícias médicas, custeadas pela Seguradora no valor de R\$ 200,00 (*duzentos reais*) por perícia, para constatação da Invalidez da vítima periciada.

Desta forma, requer seja nomeado médico local competente por este douto juízo para realização da perícia no autor (de preferência nas próprias dependências do Fórum), respondendo aos quesitos em anexo.

Em seguida, requer a intimação da ré para pagamento dos honorários periciais por depósito judicial e, após, intimação das partes acerca da data oportuna para realização do exame, essencial ao deslinde da causa.

### **DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, **o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.**

Pois, suscitar a falta de interesse de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência:

TJ-MG - Apelação Cível AC 10024120680145002 MG (TJ-MG)

Data de publicação: 19/03/2013

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. DPVAT . FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO ADMINISTRATIVO. LAUDO DO IML. **Não há que se falar em falta de interesse de agir, pois a lei não exige que o beneficiário do seguro primeiramente recorra à via administrativa**, para só então pleitear junto ao Poder Judiciário o valor que entende devido. O laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança de Seguro DPVAT, tão pouco para a averiguação da invalidez, sendo esta possível de ser realizada por outros meios de prova.



Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

## DO NEXO DE CAUSALIDADE

É incontestável a ocorrência de acidente de trânsito, uma vez que o autor juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO), o que estabelece então o nexo.

No que concerne à invalidez permanente, restou devidamente comprovada pelo **LAUDO MÉDICO, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo autor, entre eles traumatismo na cabeça.** Em virtude de tais lesões o autor não consegue mais realizar atividades cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

## DA PREVISÃO LEGAL

Sucedendo que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o **SEGURO DPVAT**, na importância equivalente **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**  
**- no caso de invalidez permanente; e**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (g.n)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, a serem apurados após a realização de perícia médica.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, considerando que se encontra permanentemente inválido para as ocupações



habituais, uma vez que apresenta Traumatismo craniano evoluindo pra cefaleia, tontura e recorrentes episódios de amnésia, fato este que se amolda perfeitamente aos termos da presente Lei.

Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, donde será efetuado o **pagamento mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa.**

Conclui-se que o direito do Requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por Lei sem poder sofrer influência de meras resoluções da FENASEG.

## DO PEDIDO

Ante ao exposto requer a V.Exa.

- a) A **desistência na autocomposição**, sendo dispensada a audiência de conciliação ou de mediação, **ante ao desinteresse da Seguradora ré pela realização de acordos nos processos referentes à matéria em questão**, nos termos do art. 334, §5º do NCPC;
- b) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia nos termos do art. 344 do NCPC;
- c) Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente, pelos documentos anexo e outros que poderão ser apresentados posteriormente caso se faça necessário.
- d) **Seja nomeado médico local** competente por este douto juízo para realização da **perícia** no autor, custeada pela requerida, de preferência nas próprias dependências do Fórum, respondendo aos **quesitos em anexo**, na forma do **Convênio nº 69/2015, celebrado entre o TJ/PI e a Seguradora Lider (em anexo)**, nos termos dos art. 464 e seguintes do NCPC;
- e) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a **importância devida por invalidez permanente, em valor a ser apurado após a realização da perícia judicial requerida anteriormente**, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.
- f) **sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser o requerente pessoa pobre na acepção da Lei n.º 1.060/50.**
- g) A condenação da requerida em custas e honorários advocatícios, este a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Protesta o alegado por todos os meios de prova permitidos em direito, principalmente por perícia a ser realizada no Hospital público local.



Declara o autor ser pobre na forma da lei e requer o benefício da Justiça gratuita, ex vi da lei nº 1.060 de 1950 e artigo 5º, inciso LXXIV, eis que não dispõe de recursos financeiros para custear o ônus decorrente da ação, sem prejuízo de sua subsistência.

Valor da Causa R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

N. termos

P. deferimento

Teresina, 02 de janeiro de 2018

**JEFFERSON LIMA DA SILVA**  
**OAB/PI 15.658**

**ARTHUR LENNON ALVES MENESES**  
**OAB/PI 15.984**  
*(assinado digitalmente)*

#### QUESITOS:

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde do examinado? Quais lesões ele sofreu?
- 2) Qual o instrumento ou meio que produziu tal ofensa?
- 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito?
- 4) Tais lesões resultaram na incapacidade do requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido, ou função?
- 5) Tais lesões resultaram em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pelo periciando?
- 6) Tais lesões resultaram em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?
- 7) Qual o percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?





**PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA ET EXTRA”**


**OUTORGANTE: JOEL FREITAS DA SILVA**, brasileiro, portador da identidade nº 1.683.582 SSP/PI, CPF: 634.828.003-91, residente e domiciliado na Rua PE. Simpliciano, nº 1935, São Pedro, União – PI.

pelo presente instrumento de procuração, ao final assinado, nomeia e constitui seus bastante procuradores

**OUTORGADOS: ARTHUR LENNON ALVES MENESES e JEFFERSON LIMA DA SILVA**, advogados inscritos na OAB/PI sob os números 15.984 e 15.658, com escritório localizado à Av. 19 de outubro, 1079, bairro: Lourival Parente, Teresina-PI,

A quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com a “cláusula ad judicia e et extra” a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo-os quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber quitação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Teresina, 05 de janeiro de 2019.

  
OUTORGANTE



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - QUADRO DE DEUS MAR

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

**GENTE SEGURADORA S.A.**  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



1018168-7

006488304

MAIO/2018

06/06/2018

59

53,54

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DA SILVA  
R. PE SIMPLICIANO 1935 1935 SAO PEDRO  
CPF: 00073337765300  
CEP: 64.120-000 - UNIAO

ROT: 120.070.20.15.201800

9083		29/05/2018
9024		30/04/2018
1,000		29/06/2018
59		28/05/2018
59	FCAM	29/05/2018
NORMAL		29

RESIDENCIAL MONO A931330 1.1.1.1 73

ABR/18	61	CONSUMO	59 A R\$ 0,772196 =	45,55
MAR/18	71	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)		5,99
FEV/18	64	CORRECAO MONETARIA IG 03/18-00		0,34
JAN/18	65	MULTA POR ATRASO 03/18-00		1,05
DEZ/17	66	JUROS DE MORA DE IMPO 03/18-00		0,61
NOV/17	87	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	0,58	
OUT/17	53			
SET/17	104			
AGO/17	82			
JUL/17	69			

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 4 59 - 0,564890

Mes/Ano Valor R\$ Unidade consumidora sujeita a suspensao do fornecimento de energia elétrica a partir de 12/06/2018. O nat pagamento não dará ensejar tambem a inclusao do nome do consumidor no SERVIDOR. Caso tenha efetuado o pagamento favor desconiderar este aviso.

Declaramos quitados debitos desta UC no ano de 2017 (Lei 11907/04) LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

C114.34C2.5857.7F59.49FA.9C2F.90DC.6B1D

9,51  
18,06  
2,84  
2,87  
12,27

45,55 GENTE SEGURADORA S.A.  
22,00 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
10,02 Centro-Norte CEP: 64.002-470  
0,40 Teresina-PI  
1,85

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

08 JUN 2018

7,27 14,53 29,06 3,68 7,35 14,70 4,14  
0,00 0,00 0,00

UNIAO

03/2018

20,70

ROT: 120.070.20.15.201800

1018168-7

53,54

05/2018

06/06/2018

006488304 FCAM

836300000000 4 53540017000 2 00000001018 1 16870518008 6





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1114 v. 1.0

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 107500.000487/2018-10

Unidade de Registro: 20º DP - UNIÃO

Resp. pelo Registro: Everaldo Rodrigues Freire

Data/Hora: 21/03/2018 - 15:02

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

20º DP - UNIÃO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

UNIÃO

Endereço

ESTRADA DA VILA NOVA CONQUISTA, Nº:

Complemento

449095

Data/Hora

24/11/2017 - 08:30

Bairro

VILA NOVA CONQUISTA

Ponto de Referência

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOEL FREITAS DA SILVA

RG: 1.683.582 SSP/PI

Mãe: MARIA DE JESUS FREITAS

Endereço: RUA PE. SIMPLICIANO, Nº 1935

Bairro: SÃO PEDRO

Cidade: UNIÃO

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

06 JUN 2018

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

CENTRO SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

### MEIO(S) EMPREGADO(S)

Melo(s) Empregado

1 - OUTROS.

Apreendido

Não

### VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

1 - HONDA CG 150 TITAN ES

Ano: Placa:

LVS9027

Chassi:

Renavam:

905485084

Cor:

Preta

Condutor: JOEL FREITAS DA SILVA

Cidade: UNIÃO UF: PI Bairro:

Proprietário: MILTON SILVA

Cidade: UNIÃO UF: Bairro:

### RELATO DA OCORRÊNCIA

O denunciante compareceu a esta Delegacia para comunicar que em data, local e horário já mencionados trafegava na moto acima mencionada por uma estrada vicinal que dá acesso à Vila Nova Conquista, quando surgiu em sua frente um garoto em uma bicicleta, sendo que o denunciante não teve como desviar e veio a colidir com a bicicleta o que lhe causou a queda do veículo, que o denunciante foi socorrido por uma ambulância do SAMU e levado ao hospital local, tendo sido mais tarde transferido para o hospital HUT em Teresina, onde o mesmo foi submetido aos atendimentos e procedimentos médicos, conforme prontuários médicos, pelos fatos aqui narrados faz o presente registro e requer certidão.

Everaldo Rodrigues Freire - Mat. 0094757  
AGENTE DE POLÍCIA

Joel Freitas da Silva  
JOEL FREITAS DA SILVA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Boletim de Ocorrência emitido em: 21/03/2018 15:35 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/2



Assinado eletronicamente por: ARTHUR LENNON ALVES MENESES - 08/01/2019 17:34:44  
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901081734439850000003884997>  
Número do documento: 1901081734439850000003884997

Num. 4030580 - Pág. 3

**JOEL FREITAS DA SILVA****RELATÓRIO MÉDICO**

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA, PORTADOR DE RG Nº 1.683.582-SSP/PI, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO NO DIA 24/11/2017 COM TRAUMA EM CRÂNIO, CURSANDO COM TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO DE GRAU MÉDIO E HEMORRAGIS SUBARACNOIDE À ESQUERDA, SENDO SUBMETIDO A TRATAMENTO CONSERVADOR. DATA DA ALTA MÉDICA 27/04/18. ATUALMENTE APRESENTA-SE COM CEFALÉIA PÓS-TRAUMÁTICA, TONTURA, HIPOACUSIA DIREITA E DÉFICIT DE MEMÓRIA.

Teresina, 06/06/2018

  
Dr. LUCAS LOPES REGO  
MÉDICO DO TRABALHO - CRM 8332Dr. Lucas Lopes Rego  
Médico do Trabalho  
CRM - PI: 3932-7/MA - 6406



Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1114 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 107500.000487/2018-10

Delegado de Polícia  
127 1224-5



## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, MILTON SILVA,

RG nº 2.627.265, data de expedição 21/12/2015

Órgão SSP-PI, portador do CPF nº 639.945.423-91, com domicílio na cidade de UNIAO, no Estado de

PIAUÍ, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

RUA SANTO AFONSO LOT VERDE VIDA, nº 1244,

complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima JOEL FREITAS DA SILVA, cujo o condutor era

JOEL FREITAS DA SILVA.

Veículo: MOTO

Modelo: HONDA CG 150 TITAN ES

Ano: 2006/2007

Placa: LVS-9027

Chassi: 9CJ2KC08507K016897

Data do Acidente: 24/11/2017

Local e Data: União - PI 02/04/2018

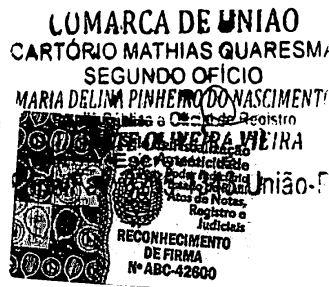
Milton Silva  
Assinatura do Declarante


Joel Freitas da Silva

Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )



CARTÓRIO MATHIAS QUARESMA  
2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E REGISTRO CIVIL DE UNIAO-PI  
Rua Antônio Lobato, s/nº - Centro - União - PI - Fone: (86) 3265-1343 - CNPJ 01.312.472/0001-42  
Maria Delina Pinheiro do Nascimento - Tabelião Público / Lucinete Oliveira Vieira - Escrivã Substituta  
RECONHECIDO POR AUTENTICIDADE E FÉRMENHA DE MATHIAS QUARESMA  
UNIAO-PI, 02/04/2018. Hora: 15h17. Dia: 02. Veridade: VERDADE  
Total: 4,70 Selos: 42600 (F24057)  
MARCIA MARIA OLIVEIRA COELHO Auxiliar de Escrevente



 <p>Hospital Universitário</p> <p>HOSPITAL UNIVERSITÁRIO</p>	 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ</p>	<p><b>EBSERH</b></p> <p>EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES</p>
---	--	---

**RECEITUÁRIO AMBULATORIAL**

Soel Freitas do Silva

Paciente vítima de traumatismo cranioencefálico após queda de moto (511) em Novembro 17017, submetido a tratamento ambulatorial no Hospital de Urgências de Teresina.

Apresenta, como sequelas do trauma, cefaleia pós-traumática, hipocúria direita e déficit de memória (CTD T92.5)

Atenciosamente

Campus Universitário Ministro Petrônio  
Portella, n/n, Teresina - PI, CEP: 64049-550  
C.N.P.J. nº 15. 126. 437/0002-24

Superintendência de Comunicação Social - SCS  
Impresso na Gráfica Universitária da UFPI

27/01/2018







Prefeitura Municipal de União - PI  
Secretaria Municipal de Saúde  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU  
Travessa Filintro Régio N° 99 Centro.



SAMU

192

União - PI - CEP: 64120.000 - Fone: (86) 3265-2187

Data: 24/11/19

### REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nome do Solicitante:	AMPA	
Contato do Solicitante:	912345678	
SAIDA DO PA:	CHEGADA AO LOCAL: 20.12	SAIDA DO LOCAL: 20.36
CHEGADA AO HOSPITAL: 20.36	SAIDA DO HOSPITAL: 20.50	CHEGADA AO PA: 20.54

NOME DO PACIENTE: Sora Faria da Silva

SEXO: ( ) MAS ( ) FEM IDADE: 12-05-78

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rua Nova Esperança, P.O. 1111

### TIPO DE OCORRÊNCIA:

<input type="checkbox"/> Envenenamento	<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Moto
<input type="checkbox"/> Choque Elétrico	<input type="checkbox"/> Afogamento	<input type="checkbox"/> Acidente de Carro
<input type="checkbox"/> Urgência Obstétrica	<input type="checkbox"/> Queda	<input type="checkbox"/> Mal Súbito
<input type="checkbox"/> Urgência Pediátrica	<input type="checkbox"/> Já Removido	<input type="checkbox"/> Falso Chamado
<input type="checkbox"/> Ferimento Arma Branca ( ) Fogo	<input type="checkbox"/> transferência hospitalar	<input type="checkbox"/> Queimadura
<input type="checkbox"/> Atropelamento	<input type="checkbox"/> Urgem. Clínica:	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
08 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 463 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA		PUPILAS	
<input type="checkbox"/> Alerta	<input type="checkbox"/> Iguais	<input type="checkbox"/> Normal	
<input type="checkbox"/> Responde ao Comando	<input checked="" type="checkbox"/> Desiguais	<input type="checkbox"/> Confusa	
<input checked="" type="checkbox"/> Responde a Dor	<input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> Nenhuma	
<input type="checkbox"/> Sem resposta			

PULSO RADIAL:	<input type="checkbox"/> FORTE	<input type="checkbox"/> FRACO	<input type="checkbox"/> LEVE	<input checked="" type="checkbox"/> MODERADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
---------------	--------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	--	----------------------------------

SINAIS VITAIS	1ª Verificação	2ª Verificação
HORA:	20.12	
SATURACÃO	95%	
P.A.	140/80	
PULSO	83	
RESPIRAÇÃO		
GLICEMIA	119	
TEMPERATURA	36.2	

### OBSERVAÇÕES:

Paciente com queimadura de 1º e 2º graus no antebraço direito, com dor moderada.

### PROCEDIMENTOS REALIZADOS

<input type="checkbox"/> Aspiração	<input type="checkbox"/> Imobilização de extremidades	<input type="checkbox"/> Ass. Obstétrica
<input type="checkbox"/> Oxigênio	<input checked="" type="checkbox"/> Prancha	<input type="checkbox"/> Hemostasia
<input type="checkbox"/> Reanimação Cardio-Resp	<input checked="" type="checkbox"/> Colar Cervical	<input type="checkbox"/> Curativo
<input type="checkbox"/> Ventilação Artificial	<input type="checkbox"/> KED	
<input checked="" type="checkbox"/> Monitorização	<input type="checkbox"/> Acesso Venoso - Solução	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros: S.O.U.		

Dr. Kerly da Silva Pereira  
Enfermeiro COREN-PI 479.440  
Coordenador do SAMU/União-PI  
CPF: 019.505.793-79

Esta cópia confere com a original  
Em 12/10/19

### ENTRADA NO HOSPITAL

<input type="checkbox"/> Melhorando	<input type="checkbox"/> Severa Gravidade	<input type="checkbox"/> Indeterminado
<input type="checkbox"/> Piorando	<input type="checkbox"/> Média Gravidade	<input type="checkbox"/> Óbito antes do Socorro
<input checked="" type="checkbox"/> Inalterado	<input type="checkbox"/> Pequena Gravidade	<input type="checkbox"/> Óbito no transporte
<input type="checkbox"/> Coma	<input type="checkbox"/> Ileso	

### MEDICAÇÕES ADMINISTRADAS:

HOSPITAL DE DESTINO: HUPA	SOCORRISTA: Colares	RECEPÇÃO DO HOSPITAL:	MÉDICO(A) / ENFERMEIRO(A):
---------------------------	---------------------	-----------------------	----------------------------





Prefeitura Municipal de União - PI  
Secretaria Municipal de Saúde  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU  
Travessa Filintro Rêgo N° 99 Centro.  
União - PI - CEP: 64120.000 - Fone: (86) 3265-2187



União PI, 12 de maio de 2018.

Pelo presente firmo e dou fé que Joel Freitas da Silva  
com RG: 168.835-82 (PJ-)

Foi atendido pelos socorrista desta Unidade de Atendimento Móvel de Urgência SAMU/  
União PI, como segue cópia da ficha de atendimento em anexo.

Sem mais para o momento.



Atenciosamente,

Kerlly da Silva Pereira  
Enfermeira COREN-PI 479.440  
Coordenador da SAMU União-PI  
CPF: 019.456.43.79

Kerlly da Silva Pereira  
Coordenador da Base SAMU União-PI.





## HOSPITAL MUNICIPAL DE UNIÃO

DR. JOSÉ DA ROCHA FURTADO

Rua São Paulo, s/n - Fone (086) 3265-1116.

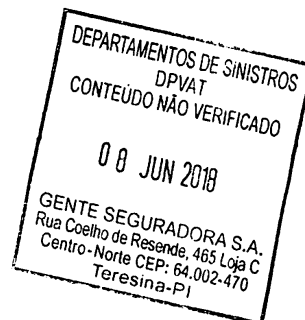
CEP - 64.120.000 - União - Piauí

CNPJ: 18.488.308/0001-93

### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o paciente **Joel Feitas Silva**, deu entrada neste hospital no dia 24 de novembro de 2017, às 09h33min, vítima de acidente de motocicleta, o mesmo chegou ao hospital socorrido na ambulância do SAMU.

União (PI), 26 fevereiro de 2018.



*Antonia Raimunda Viana da Silva*

Antonia Raimunda Viana da Silva

Servidora do HMU.

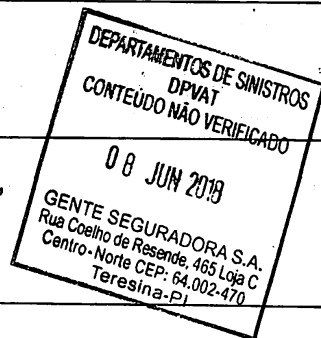




HOSPITAL MUNICIPAL DE UNIÃO  
Dr. JOSÉ DA ROCHA FURTADO

FICHA DE ATENDIMENTO

CONTROLE:	SERVIDOR: Osmarina	DATA: 24/11/2017	HORA: 20:37
<b>01. DADOS DO PACIENTE.</b>			
NOME: Joel Freitas da Silva	DN: 120578	ID:	SEXO: M
NOME DA MÃE: Maria de Jesus Freitas			
CNS: 126739944880004	RG: 1-683-582	CONTATO:	
ENDEREÇO: Rua Padre Simpliciano	CEP: 64120000		
BAIRRO: São Pedro nº 1935	CIDADE: União	UF:	
FORMA DE ENCAMINHAMENTO:			
<input type="checkbox"/> DEMANDA ESPONTANEA <input type="checkbox"/> CENTRO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> SAMU <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> BOMBEIRO <input type="checkbox"/> OUTROS			
<b>02. ANOTAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.</b>			
MOTIVO DA PROCURA: VD: 140 x 80 <input type="checkbox"/> TRAUMA <input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PEDIÁTRIA			
S. VITAIS/FC:	PA:	SAT.02: 89	T: DOR: ECG: GLICEMIA: 148 PESO: ALTURA:
DESCRIMINANTE/FATOR RISCO/ALERGIA:			
SERVAÇÕES:			
VERMELHO <input type="checkbox"/> LARANJA <input type="checkbox"/> AMARELO <input type="checkbox"/> VERDE <input type="checkbox"/> AZUL <input type="checkbox"/>			
HORÁRIO:		ENFERMEIRO(A):	CONSELHO/REGISTRO:
<b>03. HISTÓRIA CLÍNICA/ EXAME FÍSICO</b> Ausc - foto OTORR - 2. Glu: 2 - 07.1/10.			
<b>04. EXAMES COMPLEMENTARES</b> <input type="checkbox"/> LABORATORIAL <input type="checkbox"/> RX <input type="checkbox"/> US			
<b>05. DIAGNÓSTICO</b> TCE			
<b>06. PRESCRIÇÃO MÉDICA</b> 1 - S.F. 9.9. 1000 / 20L 2 - ... + Dextro / 14m. 3 - O2 sat. entre 9.			
<b>07. CONDUTA</b> <input type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> EVASÃO TRANSFERIDO PARA: <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRA UNIDADE <input type="checkbox"/> CENTRO DE SAÚDE			
<b>08. HORA/SAÍDA</b> <input type="checkbox"/> URGÊNCIA <input type="checkbox"/> EMERGÊNCIA <input type="checkbox"/> NÃO URGÊNCIA			
MÉDICO/CRM:	ENFERMEIRO(A)/COREN:	PACIENTE:	
MÉDICO CRM	ENFERMEIRO(A) COREN	X Aila Kelly Bacelan Pereira	



Dr. Antonio ...  
Clínica Médica - Cardiologia  
CRM-1056/PI

Enfermeira ...  
COREN ...

X Aila Kelly Bacelan Pereira

Ser: 2017112439718 - HUT  
S 24112017008 = HUT





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
SUPERINTENDENCIA DE ASSISTENCIA A SAÚDE-SUPAS  
DIR. DE UNID. DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA - DUCARA

CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES - CERIH

SOLICITAÇÃO DE REGULAÇÃO/TRANSFERÊNCIA

DATA: 24/11/17 HORA: 21:00 Nº DO TELEFONE: \_\_\_\_\_

HOSPITAL SOLICITANTE Dre Rocha Furtado MUNICIPIO Viana - PI

MÉDICO: Antonio Marreiros CRM: \_\_\_\_\_

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

( ) Obstetria (X) Trauma ( ) Clínico ( ) Cirúrgico ( ) Pediatria ( ) Outro \_\_\_\_\_

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: Joel Freitas da Silva

Data de Nascimento 12/05/78 Idade: \_\_\_\_\_ anos Sexo: (X) Masculino ( ) Feminino

CPF \_\_\_\_\_ Cartão Nacional de Saúde 126719944880004

Município de Procedência \_\_\_\_\_

HDA: Acidente de moto, 17/2 070202, Duina

HD: TCE CID \_\_\_\_\_

ESCALA DE GLASGOW: \_\_\_\_\_

ABERTURA OCULAR

- 4 - Espontânea
- 3 - Comandos
- 2 - À dor
- 1 - Nenhuma

RESPOSTA VERBAL

- 5 - Orientado
- 4 - Confusa
- 3 - Palavras inapropriadas
- 2 - Palavras incompreensíveis
- 1 - Nenhuma

RESPOSTA MOTORA

- 6 - Obedece a comandos
- 5 - Localiza dor
- 4 - Movimento de retirada
- 3 - Flexão anormal
- 2 - Extensão anormal
- 1 - Nenhuma

SINAIS VITAIS

Tax. \_\_\_\_\_ °C P: \_\_\_\_\_ bpm R: \_\_\_\_\_ mm PA: 140/80 mmHg Sat O<sub>2</sub> 90 Glicemia: \_\_\_\_\_ mg/dl

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

- ( ) Oxigênio (X) Hidratação Venosa
- ( ) Aspiração ( ) Medicação (especificar) \_\_\_\_\_
- ( ) Curativo ( ) Outros: de ferida + curativo

EXAMES REALIZADOS (Enviar Cópia)

HOSPITAL DE DESTINO

Hospital: \_\_\_\_\_

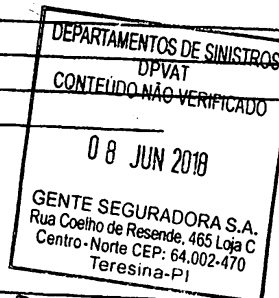
Clinica/Posto: \_\_\_\_\_

Senha: \_\_\_\_\_

2017112439718 - HUT

24112017008 - HUT

Dr. Antonio Marreiros Filho  
Clínica de Medicina e Cirurgia  
Carimbo do Médico



 <p>Hospital Universitário</p> <p>HOSPITAL UNIVERSITÁRIO</p>	 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ</p>	<p><b>EBSERH</b></p> <p>EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES</p>
---	--	---

RECEITUÁRIO AMBULATORIAL

Suel Freitas do Silva

Pontuação de trauma após acidente por queda de moto (SIC) em Novembro 19017, submetido a tratamento ambulatorial no Hospital de Urgências de Teresina.

Apresento, como sequelas do trauma, queda não traumática, hipossensibilidade do membro (C10 T905)

Atenciosamente

Campus Universitário Ministro Petrônio  
Portella, n/n, Teresina - PI, CEP: 64049-550  
C.N.P.J. nº 15. 126. 437/0002-24

Superintendência de Comunicação Social - SCS  
Impresso na Gráfica Universitária da UFPI

Dr. Marcus Vinícius O. dos Santos  
Neurocirurgião

27/01/2018

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

08 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



**EBSEER**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Hospital  
Universitário

Nome do Paciente				Número de		Data de	
JOEL FREITAS DA SILVA				4295911		12/01/1994	
Nascimento		Idade	Sexo	RG/CPF	Nome da Mãe		
12/05/1978		39	Masculino	1683582	MARIA DE JESUS FREITAS		
Profissional Solicitante				Conselho		Número do Registro	
MARCUS VINÍCIOS MELO				5232		371576	

**TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO**

**TÉCNICA:** Os cortes tomográficos computadorizados do crânio foram obtidos sem a infusão endovenosa de contraste iodado.

**LAUDO:**

Tênue hipodensidade cortico-subcortical no giro frontal inferior esquerdo, podendo estar relacionado com trauma prévio.

Restante do parênquima encefálico de configuração e atenuação habituais, neste exame sem contraste.

Sistema ventricular com topografia, morfologia e dimensões normais.

Aspecto anatômico das cisternas basais e da convexidade dos hemisférios cerebrais.

Cerebelo e tronco sem alterações perceptíveis ao método.

Estrutura óssea do crânio: preservada.

**IMPRESSÃO:**

Tênue hipodensidade cortico-subcortical no giro frontal inferior esquerdo, podendo estar relacionado com trauma prévio.

**ACHADOS ADICIONAIS:**

\*\*\*\*\* CONTINUA \*\*\*\*\*  
(Folha 1 de 2)



Profissional	
Nome	Nº Conselho
ÁILA DE MENEZES FERREIRA	CRM 38R1
15/02/2018	
Data	
Assinatura	

\*Expressão somente para visualização. Não pode ser validada



EBSEER

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Hospital  
Universitário

Nome do Paciente				Prontuário		Nº Controle SUS	
JOEL FREITAS DA SILVA				4295911		126719944880004	
Nascimento		Idade	Sexo	RG/CPF	Nome da Mãe		
12/05/1978		39	Masculino	1683582	MARIA DE JESUS FREITAS		
Profissional Solicitante				Conselho		Nº de Registro	
MARCUS VINÍCIOS MELO				5232		371576	

Células da mastóide direita parcialmente preenchidas por material com atenuação de partes moles, associada à discreta esclerose óssea, compatível com mastoidopatia.

Discreto espessamento mucoso dos seios frontais, seios maxilares e células etmoidais bilaterais, inferindo sinusopatia.

Desvio do septo de convexidade à esquerda.

\*\*\*\*\* FIM \*\*\*\*\*



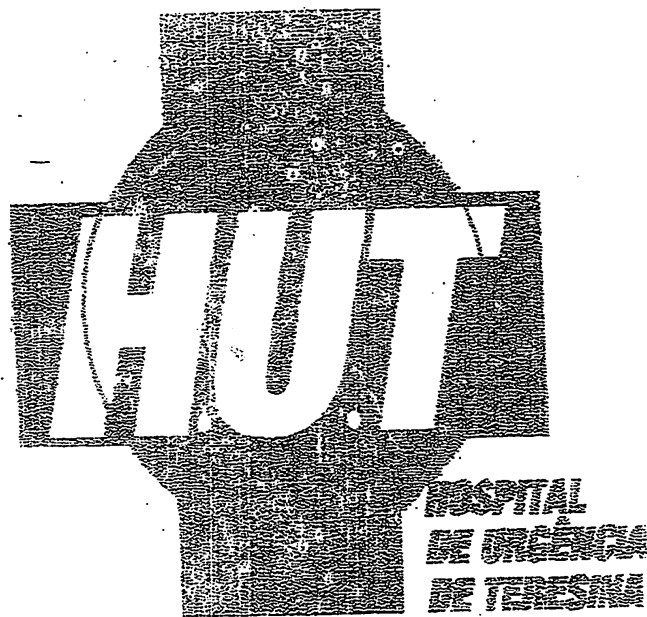
(Folha 2 de 2)

Profissional	
Nome	Nº Conselho
AILA DE MENEZES FERREIRA	CRM 3881
15/02/2018	
Data	
Assinatura	

somente para visualização. Não pode ser validada







NOME DO PACIENTE: Suel Freixas da Silva

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 134034



**SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME**  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS A SUA UTILIZAÇÃO".





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Neuro

SUS SUS

Imp: 24/11/2017 23:01:17

(User: YULLE)

(Estação: RHCPCAOPA01)

## BOLETIM DE ENTRADA - BE

### DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JOEL FREITAS DA SILVA	Prontuário:	194037
Mãe:	MARIA DE JESUS FREITAS	Pai:	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
End.Resid.:	RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - JUNAIA - PI - CEP: 64120-000		
Nascimento:	12/05/1978	Idade:	39a:6m:12d
Sexo:	Masculino	Fone:	26-99443-1295
Responsável:	SARA DA COSTA	CNS:	708601006756188
Profissão:	LAVRADOR	CPF:	* RG: 1683582 - PI
G. Instrução:	Fundamental Incompleto	E.Civil:	Comcubinato
End.Local.:			

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	638596	Data:	24/11/2017 22:59:48	Condução:	AMBULÂNCIA UNIDADES DO INTERIOR
tipo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			Convênio:	S U S
id.Trab.:	Não	Trajetos?:	Não	Típico:	Não
CID Secundário:	V299				

### DADOS CLÍNICOS:

Vítima de acidente de motocicleta há ± 3 horas. Alcoolizado. Apresentando vômitos durante exame. Paciente desorientado. Pós-ural hemodinamicamente (PA 120x80, FC 48bpm) ACP prologica o abdome físico em manifestação de dor à palpação.

RAIO-X REALIZADO  
DATA 25/11/2017

EXAME:

DATA:

PA 120 x 70 mmHg Pulso: 48 bpm

Diagnóstico Inicial: TECNÓLOGO

### CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

IC com a coluna cervical. Rx tórax. US abdome. Rx pulve. Helado - lamp. Im. gora 23:30. Prometorina - Rump. 3 Magora. Aferente: 104.

ALTA:	( ) Melhorado ( ) Curado ( ) Inalterado ( ) A Pedido	( ) Administrativa ( ) Por 15 dias ( ) Por 30 dias	( ) Retornar à Unid. Origem: ( ) Transferência:
DESTINO:	( ) Até 24 Hs ( ) De 24 a 48 Hs ( ) Após 48 Hs	( ) Família ( ) IML ( ) Anat. Patol.	DATA SAÍDA: ____/____/____. HORA: ____:____.
ÓBITO:	( ) Internação na Unidade		
Proced. Solicitado: 30304042			
CID Compatível: 5068			
Prof. Solicitante: Internação:			

Sara da Costa Baehler  
Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 35 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**FICHA DE PARECER PROFISSIONAL**

Imp: 24/11/2017 23:01:17  
(YULLE)

**DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> JOEL FREITAS DA SILVA		<b>Prontuário:</b> 194037
<b>Mãe:</b> MARIA DE JESUS FREITAS		<b>Pai:</b> RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
<b>End.Resid.:</b> RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI - CEP: 64120-000		
<b>Nascimento:</b> 12/05/1978	<b>Idade:</b> 39a:6m:12d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 26-99443-1295
<b>Responsável:</b> SARA DA COSTA		<b>CNS:</b> 708601006756188
<b>Profissão:</b> LAVRADOR		<b>Documento:</b> RG: 1683582 - PI
<b>G. Instrução:</b> Fundamental Incompleto		<b>E.Civil:</b> Concubinato
<b>End.Local.:</b> - - -		

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 638596	<b>Data:</b> 24/11/2017 22:59:48	<b>Clas. Cor:</b> Indefinido
<b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		<b>Convênio:</b> S U S

**DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):**

<b>Data/Hora Solicitação:</b> 25/11/17 09:30L	<b>ESPECIALISTA:</b> NEUROCIRURGIA:
<b>MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:</b> Vítima de politrauma com TCE, agitado, relato de ingestão alcoólica sob efeito de sedativos no momento. Glasgow = 12. TC de crânio = HSA traumática + CAD. TC cervical: com artefatos de movimento, sem sinais aparentes de fratura instável. Cad: 1) Internar em Hospital	
<b>DADOS DO PARECER:</b> Data/Hora: __/__/__:__	
<b>Carimbo/Assinatura Solicitante</b>  	
<b>Carimbo/Assinatura Prof. Parecer</b>	

**DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):**

<b>Data/Hora Solicitação:</b> __/__/__:__	<b>ESPECIALISTA:</b>
<b>MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:</b>	
<b>DADOS DO PARECER:</b> Data/Hora: __/__/__:__	
<b>Carimbo/Assinatura Prof. Parecer</b> 	





# PREScrição Médica

PREFEITURA DE TERESINÁ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Assupondo no q curso

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
Joel Freitas da Silva		649037			216	357
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES		MÉDICO ASSISTENTE				
TCE : HSA traumática / 16/05/2012		Neuro				
ALERGIAS		HORÁRIO		OBSERVAÇÕES		
PRESCRIÇÃO MÉDICA						
1. Dieta oral zero				10:40h: Pck q quadro de TCE, com início, algo de aumento, apático, espástico, de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
2. SF 0,9% 500ml EV 24h				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
KCL 10% - 10ml/soro				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
3. Ranitidina 1amp + AD EV lento 8/8h				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
4. Dipirona 2ml + 8ml AD EV 6/6h				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
5. Bromoprida 1amp + AD EV (SOS)				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
6. Haldol 1amp IM (SOS) se agitação intensa				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
7. Fenitoína 50mg - 02ml + 10ml EV 8/8h				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
8. SSVV 6/6h				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
9. SSS 500ml				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
Naci 20L. Osmol 1soro				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
KCI 10L. - 01ml + 10ml				de 200. Aparentemente, de 200. Aparentemente, de 200.		
MÉDICO/CRM:						

Visão Nutricionalista  
Ediana Nogueira CRN/PI 3716

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
08 JUN 2018  
CENTRO SEGURADORA  
Rua Coelho de Resende, 465  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI

Ana Carolina S. Rodrigues  
CORRENTE 3884 15

Dr. Arthur Lennon Alves Meneses  
CRM 3700



NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
Sol Freitas				neu	216	157
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES						
22/11/2018 E.C. 51 Aniquilamento						
ALERGIAS						
Cd: Alergia hospitalar						
PRESCRIÇÃO MÉDICA			HORÁRIO	OBSERVAÇÕES		
				08:30 Paciente de alta		
1. Dieta Volner				hospitalar com orientações		
2. SF 0,9% 500ml EV				Mantendo medicação		
KCL 10% - 10ml/soro				CORREÇÃO		
3. Ranitidina 1amp + AD EV lento 8/8h						
4. Dipirona 2ml + 8ml AD EV 6/6h						
5. Bromoprida 1amp + AD EV (SOS)						
6. Haldol 1amp IM (SOS) se agitação intensa						
7. Fenitoína (day vs 8/8h)						
8. SSVV 6/6h						
MÉDICO/CRM:						
Dr. Marcus Vinícius O. dos Santos Neurocirurgião CRM 3950						

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
08 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



FUNDACO MUNICIPAL DE SAÚDE

# PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

**MEDICO/CRM:**



<https://tpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901081734439850000003884997>

Número do documento: 19010817344398500000003884997

<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR</b>	Nº LAUDO: 31337
	AIH: 2217102397444

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE</b> HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
<b>ESTABELECIMENTO EXECUTANTE</b> HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

<b>CARTÃO SUS</b> 708601006756188	<b>NOME DO PACIENTE</b> JOEL FREITAS DA SILVA	<b>NASCIMENTO</b> 12/05/1978	<b>SEXO</b> M	<b>PRONTUÁRIO</b> 194037
<b>DOCUMENTO</b>	<b>CPF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>NOME DA MÃE</b> MARIA DE JESUS FREITAS	<b>RESPONSÁVEL</b> SARA DA COSTA
<b>CEP</b> 64120000	<b>ENDEREÇO - LOGRADOURO</b>			<b>NUMERO / LOTE</b> S/N
<b>BAIRRO</b> SAO PEDRO	<b>COMPLEMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b> UNIAO	<b>UF</b> PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

#### PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE DE 39 ANOS, VITIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA HÁ 03 HORAS, ALCOOLIZADO, APRESENTANDO VÔMITOS, PACIENTE DESORIENTADO, ABDOME FLACIDO SEM MANIFESTAÇÃO DE DOR.

#### CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRATAMENTO DE TCE

#### PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

TC DE CRANIO + EXAME FISICO

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<b>CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL</b> S068 - OUTROS TRAUMATISMOS INTRACRANIANOS	<b>CID 10 SECUNDÁRIO</b>	<b>CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS</b>
--	--------------------------	---------------------------------

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

#### COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0303040092 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFALICO GRAU MEDIO

#### LEITO/CLÍNICA

NEUROCIRURGIA

#### PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

MARCILIO DIOGO DE OLIVEIRA BARBOSA  
CPF: 78853770325

#### CARÁTER

URGÊNCIA

#### DATA SOLICITAÇÃO

24/11/2017

#### DATA ADMISSÃO

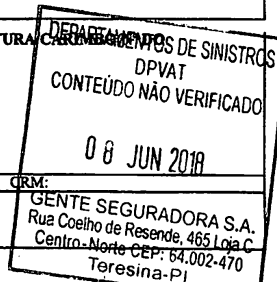
24/11/2017 22:59

#### DATA ALTA

28/11/2017 08:30

#### MOTIVO ALTA

ALTA MELHORADO



### CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE CNPJ SEGURADORA Nº DO BILHETE SÉRIE CNPJ DA EMPRESA CNAE EMPRESA CBOR NATUREZA DA LESÃO

### AUTORIZAÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

<b>PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b>  LUCIANA RIBEIRO FORMIGA ROCHA CPF: 46261079315	<b>NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA</b>  CRM: DATA ANÁLISE: 25/11/2017 11:44:54
---	--

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:





# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOEL FREITAS DA SILVA** (Prontuário: 194037)

Endereço: RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI CEP: 64120-000

Nascimento: 12/05/1978 Idade: 39a:6m:13d

Sexo: Masculino

Origem: URGÊNCIA/EMERG

Atendimento: 638596

Requisição: 792850

Solicitação: 24/11/2017

Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA

Controle: 983373

Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0205020046

Data Exame: 24/11/2017

### US DE ABDOME TOTAL

O estudo ultrassonográfico do abdome total realizado com transdutor convexo multifrequencial de alta resolução e foco dinâmico, mostrou:

- Fígado: com morfologia e dimensões normais, textura e ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade.
- Vesícula biliar: tópica, normodistendida, de paredes finas e regulares, com conteúdo líquido anecóico. Não há imagens de cálculos em seu interior.
- Vias biliares intra-hepáticas e hepatocolédoco: íntegros.
- Pâncreas e Baço: com morfologia e dimensões normais, ecotextura dentro dos padrões da normalidade.
- Aorta abdominal e veia cava inferior: sem alterações.
- Rins: com morfologia e dimensões normais. Ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade. Relação córtico-medular preservada. Ausência de imagens de cálculos.
- Retroperitônio: sem alterações.
- Bexiga: normodistendida, com paredes finas e conteúdo líquido anecóico, sem lesões focais.
- Próstata: com dimensões normais, apresentando parênquima homogêneo e relevos capsulares íntegros. Ausência de lesões nodulares focais e difusas.
- Vesículas seminais: anatômicas
- ausência de alterações sonográficas na escavação pélvica.

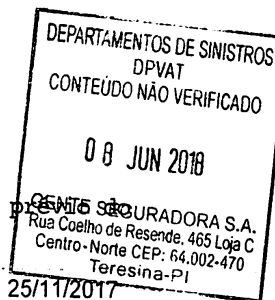
### IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Exame ultrassonográfico do abdome total sem alterações.

Obs: Exame realizado em caráter de Urgência e Emergência sem preparo prévio do paciente, fato que reduz a sensibilidade do método.

(HELDER FRANÇA)

TERESINA - PI 25/11/2017



HELDER DO ESPIRITO SANTO FRANÇA

CPF: 287.117.933-68 CRM-PI 3714

Profissional Responsável



Assinado eletronicamente por: ARTHUR LENNON ALVES MENESES - 08/01/2019 17:34:44

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901081734439850000003884997>

Número do documento: 1901081734439850000003884997





# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOEL FREITAS DA SILVA** (Prontuário: 194937)  
Endereço: RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI CEP: 64120-000  
Nascimento: 12/05/1978 Idade: 39a:6m:13d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 638596  
Requisição: 792851 Solicitação: 24/11/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA  
Controle: 983374 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206020031

Data Exame: 24/11/2017

### T.C. DE TORAX

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO HELICOIDAL E RECONSTRUÇÕES COM 10MM DE ESPESSURA E 10MM DE INCREMENTO, MOSTROU:

- PARÊNQUIMA PULMONAR COM TRANSPARÊNCIA NORMAL.
- TRAQUEIA E BRÔNQUIOS-FONTE PERMEÁVEIS.
- AUSÊNCIA DE DERRAME PLEURAL.
- NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE LINFONODOMEGALIAS MEDIASTINAIS E/OU HILARES.
- ESTRUTURAS MEDIASTINAIS SEM ALTERAÇÕES.
- ARCABOUÇO ÓSSEO TORÁCICO COM CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA.

CONCLUSÃO: EXAME NORMAL.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 25/11/2017

**CARLOS EDUARDO VIANA FERNANDES**

CPF: 395.907.393-34 CRM: 2000

Profissional Responsável

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

08 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **JOEL FREITAS DA SILVA** (Prontuário: 194037)

Endereço: RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI CEP: 64120-000

Nascimento: 12/05/1978 Idade: 39a:6m:13d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 638596

Requisição: 792852 Solicitação: 24/11/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA

Controle: 983375 Convênio: S U S

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0206010010

Data Exame: 24/11/2017

**T.C. DE COLUNA CERVICAL**

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE CORTES AXIAIS COM 5mm DE ESPESSURA E 5mm DE INCREMENTO, MOSTROU:

- ESTRUTURA E DENSIDADE ÓSSEAS CONSERVADAS.
- CORPOS VERTEBRAIS CERVICAIS BEM ALINHADOS E COM CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA.
- LÂMINAS E PEDÍCULOS ÍNTEGROS.
- ARTICULAÇÕES INTERAPOFISÁRIAS E UNCOVERTEBRAIS SEM ALTERAÇÕES.
- CANAL MEDULAR ÓSSEO COM DIMENSÕES ANATÔMICAS.
- FORAMES NEURAIIS AMPLOS.

CONCLUSÃO: EXAME NORMAL.

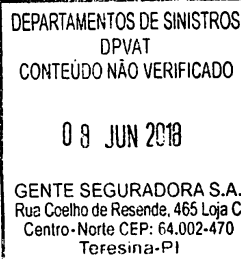
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 25/11/2017

**CARLOS EDUARDO VIANA FERNANDES**

CPF: 395.907.393-34 CRM: 2000

Profissional Responsável





# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-01

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOEL FREITAS DA SILVA** (Prontuário: 194037)  
Endereço: RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI CEP: 64120-000  
Nascimento: 12/05/1978 Idade: 39a:6m:13d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 638596  
Requisição: 792853 Solicitação: 24/11/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA  
Controle: 983376 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 24/11/2017

### T.C. DE CRANIO

**TÉCNICA:** Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

### RELATÓRIO:

- SINAIS DE HEMORRAGIA SUBARACNOÍDEA À ESQUERDA.
- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

OBS.: PACIENTE NÃO COOPERATIVO.

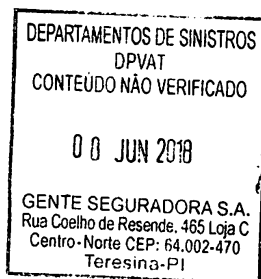
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 25/11/2017

**CARLOS EDUARDO VIANA FERNANDES**

CPF: 395.907.393-34 CRM: 2000

Profissional Responsável





# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOEL FREITAS DA SILVA** (Prontuário: 194037)  
Endereço: RUA PADRE SIMPLICIANO - B SAO PEDRO - UNIAO - PI CEP: 64120-000  
Nascimento: 12/05/1978 Idade: 39a:6m:16d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 638596  
Requisição: 792854 Solicitação: 24/11/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA  
Controle: 983377 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204050111

Data Exame: 24/11/2017

### PELVE

O ESTUDO RADIOLÓGICO DA PELVE FOI REALIZADO NAS INCIDÊNCIAS EM AP.

OS SEGUINTE ASPECTOS FORAM OBSERVADOS:

- ESTRUTURA ÓSSEA CONSERVADA.
- AS ARTICULAÇÕES COXO - FEMURAIS , SACRO ILÍACAS E SINFISE PUBIANA TEM CONFIGURAÇÃO NORMAL.
- PARTES MOLES SEM ALTERAÇÕES.

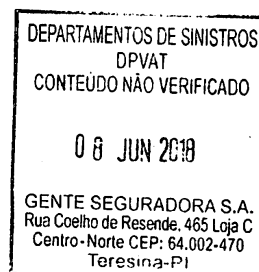
CONCLUSÃO: EXAME NORMAL.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 28/11/2017

**ELIANE RODRIGUES MENDES**

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710  
Profissional Responsável



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

PI Nº 9671497441  
VIA 008 RENAVAM 1 RN TRC EXERCÍCIO 2011  
1 905885084  
1990 9061 4364 6272 5478 5993 6450  
MILTON SILVA  
63904542391 LVS-9027  
PLACA ANT./UE 002208507R016897

ESP/ENE (P/L) COMBUSTÍVEL  
ESP/MOTOCICLO/MOTOCICLO GASOLINA  
MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN ES  
CAP/PT/OL 002P/149CC CATEGORIA 2006 2007  
COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS  
P V A FAIXA IPVA PARCELAMENTO/OTAS 2 3- BAGO  
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
SEGURO FAKI OBSERVAÇÕES

SEM RESTRIÇÕES

O SEGURO TEM POR FINALIDADE PROVER COBERTURA AOS DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO.  
O SEGURO DE DPVAT É OBRIGATORIO PARA TODOS OS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE SEGURO DE VIA TERRESTRE, DE 2.ª LINHA.  
A EVENTUALIDADE DE SEGURO DE VIA TERRESTRE É OBRIGATORIO PARA TODOS OS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE SEGURO DE VIA TERRESTRE, DE 2.ª LINHA.  
LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO POR PESSOA VITIMADA:  
MORTE: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) - INVALIDIZ PERMANENTE: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) - DATA 19/01/2011  
DOCUMENTAÇÃO BÁSICA NECESSÁRIA PARA PAGAMENTO DE PRÊMIO E INDENIZAÇÃO:  
MORTE: REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE, COM PROVA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO.  
INVALIDIZ PERMANENTE: LAUDO DO INSTITUTO MEDICAL LEAL, DA PRESENCIA DO ACIDENTE OU DA RESPOSTA DA VITIMA, COM VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES PERMANENTES, TOTAIS OU PARCIAIS, DE ACORDO COM OS PERCENTUAIS DA TABELA, CONSTATADA DO ANEXO A LEI 6.194/71, E REGISTRO DA OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE COMPETENTE.  
DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES - DADS: PROVA DAS DESPESAS MÉDICAS EFETUADAS, PROVA DE QUE, AS DESPESAS SE CONFEREM DO ATENDIMENTO À VITIMA DO ACIDENTE ENVOLVENDO VEÍCULO AUTOMOTOR, LAVA LUBRIFICANTE, E REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE. EM OUTRO DEVE-SE CONSTATAR, OBRIGATORIAMENTE, O NOME DO HOSPITAL, AMBULATÓRIO, OU MÉDICO ASSISTENTE QUE TIVER PRESTADO O PRIMEIRO ATENDIMENTO À VITIMA.  
AS SEGURADORAS PODERÃO SOLICITAR DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, NOS TERMOS DO ARTIGO 20 DO ANEXO A RESOLUÇÃO CNSP Nº 154, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2006.  
PRAZO PARA LIQUIDACÃO DE SINISTRO: TRINTA DIAS CONTADOS DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA CENTRAL DE ATENDIMENTO DOS CONSORCIOS - DPVAT, TEL. 0800-0221204.  
SUSEP - ATENDIMENTO AO PÚBLICO: TEL. 0800-0218404.  
SITE PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE SEGURO DPVAT: <http://www.dpvatseguro.com.br>

OBSERVAÇÕES:

- PRÊMIO CÁLCULO DO TOTAL A PAGAR EM REAIS.
- APLICAR O PORCENTUAL DO IOF SOBRE O PRÊMIO TARIFÁRIO ACRESCIDO DO CUSTO DO BILHETE.
- O PRÊMIO TOTAL A PAGAR É IGUAL A SOMA DO PRÊMIO TARIFÁRIO + CUSTO DO BILHETE + IOF.
- O SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - DPVAT, É PARTE INTEGRANTE DO LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS.
- PAGAR O SEU SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT JUNTAMENTE COM A PRIMEIRA QUOTA OU QUOTA ÚNICA DO IMPOSTO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA, O VENCIMENTO DO IMPOSTO E DO SEGURO OCORREM SEMPRE NA MESMA DATA.
- É IMPORTANTE RESSALTAR QUE, SE O SEGURO OBRIGATORIO NÃO FOR PAGOU, O VEÍCULO NÃO ESTARÁ DEVIDAMENTE LICENCIADO (ART. XI RESOLUÇÃO CONTRAN 721/88).
- 4% (QUARENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATORIO PAGO, É REPASSADO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR ÀS VITIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 27 DA LEI 6.212, ALTERADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 78 DA LEI 9.503).
- 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATORIO É REPASSADO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, PARA APLICAÇÃO EM PROGRAMAS DESTINADOS À PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 78 DA LEI Nº 9.503 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A  
CNPJ: 09.248.608/0001-04  
Rua Senador Dantas, 74 - 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro  
[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PI Nº 9671497441 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2011  
PLACA LVS-9027  
COT/CNPJ 63904542391

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PI Nº 9671497441 EXERCÍCIO 2011 DATA EMISSÃO 19/01/2011  
VIA 008 RENAVAM 1 RN TRC EXERCÍCIO 2011  
1 905885084 LVS-9027  
MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN ES  
COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS  
2006 08 902KC08507R016897

PRÊMIO TARIFÁRIO

PRÊMIO (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)  
123,32 043,70 137,02  
CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A PAGAR (R\$)  
004,15 004,06 279,27  
DATA DE PAGAMENTO 20/12/2011  
COTA ÚNICA PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A  
CNPJ: 09.248.608/0001-04

IPVA - 1ª COTA

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA  
08 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Lote C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

IPVA - 2ª COTA

IPVA - 3ª COTA OU COTA ÚNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO**  
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

**PROCESSO Nº:** 0800005-16.2019.8.18.0076  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** JOEL FREITAS DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### **DESPACHO**

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM, além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

**UNIÃO-PI**, 6 de fevereiro de 2019.

**ROBERTH ROGÉRIO MARINHO AROUCHE**  
Juiz de Direito Auxiliar da Vara Única da Comarca de União



CONTESTAÇÃO EM PDF



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA  
ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO

Processo nº. 0800005-16.2019.8.18.0076

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede em Rua Senador Dantas nº 74 5º andar - 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que lhe promove **JOEL FREITAS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 335 e seguintes do CPC, e demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua **CONTESTAÇÃO** consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

## 1. DOS FATOS ALEGADOS NA EXORDIAL

O autor informa em sua exordial ter sido vítima de acidente automobilístico ocorrido em **24/11/2017**, e que em decorrência do mesmo estaria invalido permanentemente.

Assim, por entender equivocadamente que faria jus a indenização no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** a título de indenização por invalidez permanente, ingressou em juízo para pleitear o que entende como devido. Porém não faz jus, conforme os argumentos abaixo demonstrarão.

## PRELIMINARES

## 2. DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO – REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL – ART. 319 DO CPC

Preliminarmente, cumpre mencionar que se faz necessário à parte autora instruir a inicial com os documentos obrigatórios à propositura da presente ação, que são de extrema relevância para averiguação dos fatos por ela narrados.





Tais documentos, que são obrigatórios sua juntada por força de Lei, têm o escopo de identificar a vítima (influenciando diretamente na legitimidade para propor a demanda), o real local do sinistro (o que indica o foro competente para processar e julgar a causa), a data do sinistro (para fins de verificação do prazo prescricional), bem como a busca pela verdade real, princípio norteador do Direito.

Sendo assim, verifica-se que os documentos básicos (e necessários) para a propositura da ação de cobrança do Seguro Obrigatório são:

- a) BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) ;
- b) LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML;**
- c) CARTEIRA DE IDENTIDADE/RG/CPF DA VÍTIMA;
- d) COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Ressalte-se, Excelência, que, o autor não apresentou Laudo do Instituto médico legal – IML para comprovar a alegação de invalidez permanente arguida, tampouco comprovante de residência válido, uma vez que o mesmo encontra-se em nome de terceiro estranho a lide, o que compromete o seu pedido e também a defesa, não se tornando possível para a defesa constatar a veracidade dos fatos alegados na exordial.

Ressalte-se que o laudo particular apresentado é absolutamente insuficiente nos termos do § 5º art. 5º da Lei nº. 6.194/74, que exige que a invalidez seja aferida pelo Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente<sup>1</sup>.

A necessidade de o demandante provar o que alega decorre também do Código de Processo Civil que também preceitua em seus artigos 319 e 320 o seguinte:

**Art. 319– A petição inicial indicará:**

**VI – As provas com que o Autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; (...)**

**Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.**

Assim, e de acordo com o que prevê o artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito e indeferida a petição inicial por falta de documentos indispensáveis à propositura da ação:

**Art. 485 – Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:**

<sup>1</sup> Lei nº. 6.194/74 - Art. 5º

*§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. [\(Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992\)](#)*



**I – quando o juiz indeferir a petição inicial;**

Deste modo, apresenta-se prejudicada a tarefa do Demandado (acarretando o cerceamento de sua defesa), bem como do próprio Magistrado, que busca a verdadeira versão dos fatos e, assim, promover a paz social através de uma decisão justa.

Diante do exposto, caso seja comprovada a falta de documentos obrigatórios, impõe-se ao D. Magistrado o **indeferimento da petição inicial**, na forma do art. 319 c/c 485 do CPC, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, bem como a condenação do demandante nas custas e honorários de advogado.

**MÉRITO**

**3. DA AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE**

Cumprir observar que o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar o nexo de causalidade entre o acidente automotivo e as lesões sofridas, que teriam gerado a alegada invalidez permanente.

Contudo, não junta aos autos Laudo do Instituto Médico Oficial, documento indispensável para comprovação da suposta invalidez alegada pelo autor.

Vale ressaltar que o art. 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei nº. 11.945/2009, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: "*O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais*".

Ora, a lei estabelece prazo médio de 90 (noventa) dias para realização de exame complementar, razão pela qual, inadmissível pleitear indenização sem juntar aos autos laudo médico do IML que comprove os fatos alegados.

Assim, não havendo nexo causal entre o fato e a suposta invalidez, não faz jus o requerente, à indenização pleiteada.

Aliás, esse é o entendimento dos tribunais pátrios:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. LAUDO IML. ART. 3º, § 1º, II LEI 6.194/74. PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - A indenização do Seguro DPVAT somente será cabível em casos de morte, invalidez permanente, total ou parcial, ou por despesas de assistência médica e suplementares, todas decorrentes de acidente de trânsito. E, de acordo com o § 5º do art. 5º, a existência, a quantidade e o grau das lesões deverão ser indicadas através de laudo fornecido pelo Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente no prazo de até noventa dias. - Assim, a Lei nº 6.194/74 consigna clara e expressamente que a indenização pode não alcançar o limite máximo indenizável de forma indiscriminada, justamente porque deve ser graduada de acordo com a qualificação da



lesão e a quantificação do grau de invalidez apresentado pela vítima. - Cabe destacar, também, a existência de tabela anexa à mencionada legislação, a qual permite o enquadramento do grau de invalidez, para fins de indenização. - Entende-se, assim, que o laudo complementar do Instituto Médico Legal é documento hábil a definir o grau das sequelas do acidentado. - Ao ser submetido ao exame pericial pelo Instituto Médico Legal, vê-se que o enquadramento da lesão do autor foi "na ordem de 10%", nos termos da Lei 6.194/74 (fls. 74). - Assim, tendo em vista que o laudo citado indica a perda da mobilidade da mão esquerda, graduada em 10%, devem ser aplicadas as disposições do art. 3º, § 1º, II da citada norma, que determina, para tais casos, uma redução do valor. - Isso posto, observando a natureza da lesão, sua gravidade e consequências, bem como na função social do seguro DPVAT, conclui-se que a condenação no percentual de 10% sobre o percentual fixado na Lei, qual seja, 10% sobre 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que corresponde a R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Assim, considerando que o valor pago na seara administrativa (R\$1.350,00 ? Mil trezentos e cinquenta reais) está além do valor devido ao Apelado, há que ser afastada a condenação da seguradora. - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-AM, APL: 0636051-19.2013.8.04.0001 Relator: Aristóteles Lima Thury, Data de Julgamento: 02/03/2015, Terceira Câmara Cível)

Desse modo, a **inexistência de laudo oficial do período em que ocorreu o acidente**, *de per si*, desconstitui o nexo de causalidade entre a suposta invalidez e o sinistro de trânsito.

Por essa razão, requer seja a ação julgada totalmente improcedente, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.

#### **4. DA PROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – NECESSÁRIA APLICAÇÃO DA TABELA INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451 DE 15/12/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945 DE 04/06/2009**

Excelência, antes mesmo de adentrarmos o mérito da demanda, faz-se necessário empregarmos uma interpretação lógica a Lei nº 6.194/74, art. 3º, "b", indagando sobre tudo, qual o real sentido empregado pelo legislador pátrio, visando resultados mais eficazes e justos para toda sociedade, senão vejamos:

De acordo com o artigo 3º da Lei 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (Seguro DPVAT), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11482/07 e da Lei 11.945/09:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;



O mesmo dispositivo em seu § 1º determina que na hipótese de invalidez permanente, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela anexa à **Medida Provisória nº 451 de 15/12/2008, convertida na Lei nº 11.945 de 04/06/2009, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, vejamos:**

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, **total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

I - quando se tratar **de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar **de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais.

Cumprе ressaltar que a Lei em momento algum tutela a ocorrência de debilidade permanente, a qual consiste tão somente numa redução da capacidade funcional, enquanto que a invalidez permanente, essa sim abrigada pela legislação atual, é compreendida como o resultado danoso que importa na impossibilidade da vítima/beneficiário de desempenhar sua função laboral definitivamente, e que vem ensejar muitas vezes, aposentadoria por invalidez.

Assim, torna-se imperioso verificar se a parte realmente sofreu invalidez permanente, pois esta é a hipótese protegida pelo legislador, ou se o autor não sofreu tão somente lesões que, embora afetem em caráter permanente sua integridade corporal, não o impossibilitaram de exercer atividade laboral, situação cabível ao presente caso, tendo em



vista que o **NÃO HÁ LAUDO DO IML**, tampouco qualquer documento juntado aos autos, que ateste a invalidez permanente do requerente.

Ora, é chegado o momento das decisões judiciais aplicarem o princípio da proporcionalidade e justiça em seus julgados, e fazerem um real questionamento a cerca do verdadeiro sentido da Lei do seguro DPVAT, questionando se é justo que uma pessoa tendo sofrido apenas debilidade, faz jus à indenização no valor total de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tal qual um beneficiário de uma pessoa falecida em um acidente?

**Esse é o Entendimento Jurisprudencial Atual Adotado pelo STJ o qual publicou em 17/08/2009 o seguinte artigo em seu portal:**

**INDENIZAÇÃO DPVAT PODE SER PAGA PROPORCIONALMENTE À INVALIDEZ**

É possível o pagamento proporcional de indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez permanente parcial em decorrência de acidente de trânsito. O entendimento é do Superior Tribunal de Justiça (STJ), firmado em julgamento de recurso especial de uma vítima de acidente ocorrido no Rio Grande do Sul, em setembro de 2006.

A Quarta Turma do Tribunal decidiu que a lei que disciplina o pagamento do seguro DPVAT (Lei n. 6.194/1974), ao falar em "quantificação de lesões físicas ou psíquicas permanentes", a ser feita pelo Instituto Médico Legal, **dá sentido à possibilidade de estabelecer percentuais em relação ao valor integral da indenização. (Grifo nosso)**

A posição baseou-se em voto do relator do recurso, ministro Aldir Passarinho Junior. Ele destacou que, **caso fosse sempre devido o valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau de invalidez, não haveria sentido em a lei exigir a "quantificação das lesões"**. Por isso, o STJ ratificou o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) sobre a questão.

A vítima do acidente de trânsito é um cobrador de ônibus da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Ele sofreu perda da capacidade física com debilidade permanente do braço direito, sentido ou função. Concluído o processo administrativo movido por meio da seguradora, o pagamento foi feito após constatada a invalidez permanente, em valor proporcional.

Inconformado, o cobrador ingressou com ação na Justiça gaúcha contra a seguradora, pedindo complementação do pagamento da indenização por invalidez permanente no valor máximo previsto em lei: 40 salários mínimos. Em primeiro grau, o pedido foi negado. O juiz observou não constar laudo do instituto médico legal para caracterizar a invalidez.

A vítima apelou ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que atendeu em parte o pedido. O Tribunal local entendeu ser possível propor ação para pedir o valor remanescente da indenização. No entanto, afirmou que deveria ser aplicada a tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente, com



base na resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O valor foi fixado em 8,3% de 40 salários mínimos, mais juros de 1% ao mês desde a citação.

A vítima recorreu novamente, desta vez ao STJ. Alegou que seria caso de invalidez permanente, não interessando o grau de invalidez, desde que permanente. Disse que a questão da invalidez ser parcial ou total seria uma forma que as seguradoras encontraram para diminuir o valor do seguro. Por isso, alegou que deveria ser indenizado em 40 salários mínimos, e não apenas no valor correspondente ao percentual da invalidez. **Esta posição não foi acolhida pelo STJ.** (Grifo nosso). Processo: Resp 1119614. Fonte: [STJ: www.stj.gov.br/portal](http://www.stj.gov.br/portal).

EMENTA: SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. NÃO-CONFIGURAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. **AUSENCIA DA COMPROVAÇÃO DE LESÃO MAIS GRAVE DO QUE A AFERIDA ADMINISTRATIVAMENTE. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 10 E 11 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO.** (2º Turma Recursal do Estado do Ceará. Juiz Relator: José Ricardo Vidal Patrocínio. Recurso Inominado: 20080003.6904-3/1)

Ora, é necessário que conste nos autos prova técnica que aponte se as lesões permanentes são totais ou parciais, e neste último caso, apontem o respectivo grau da lesão (seqüela – 10%, leve – 25%, médio 50% ou intenso 75%) de modo a possibilitar a correta mensuração da indenização, na forma como determina o inciso I e II do § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74.

Nesse sentido, o STJ pacificou o tema com a edição das súmulas 474 e 544, não havendo mais que se discutir acerca da obrigatoriedade ou não de redução do valor da indenização pleiteada de acordo com o grau da lesão sofrida pela vítima, senão, vejamos:

**Súmula 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”**

**Súmula 544: “É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008”**

Consequentemente, caso o requerente tenha juntado apenas exame de corpo de delito, este além de não poder substituir a perícia médica, não é o suficiente para caracterizar o reconhecimento da suposta invalidez, já que o art.5º, §5º da Lei 6.194/74, determina que compete ao IML quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de pagamento do seguro, em laudo complementar, e ainda de acordo com os percentuais da tabeladas Condições Gerais de Seguro de Acidente suplementada, tal qual a



tabela estabelecida na Medida Provisória nº451 de 15/12/2008, convertida na Lei nº 11.945 de 04/06/2009.

Portanto, não havendo prova da incapacidade permanente, tampouco se a mesma seria total ou parcial, e neste ultimo caso, se seria completa ou incompleta, na forma como prescreve a tabela anexa à lei 11.945/2009, requer seja julgando totalmente improcedente a ação, com fundamento no art. 487, inciso I, 2ª parte do CPC.

## 5. DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em respeito ao princípio da eventualidade, em caso de eventual condenação, é necessário esclarecer o que a Súmula 426 do STJ determina que os juros de mora devem fluir a partir da citação. Senão vejamos:

**SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.**

Acerca da correção monetária, a Lei do Seguro DPVAT ordenou que o valor da indenização sofresse correção monetária apenas na “hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária”. Na ótica da legislação específica, o montante a ser pago deve ser corrigido a partir do momento em que a obrigação (por parte do segurador) se tornou exigível (e, destarte, o valor já deveria compor o patrimônio do beneficiário).

Não se trata de uma especificidade do Seguro DPVAT, tendo em vista que o art. 772 do Código Civil concede o mesmo tratamento à matéria:

“A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios”.

De acordo com o ordenamento jurídico, antes de caracterizada a mora do segurador, não se justifica a incidência de correção monetária sobre o valor da indenização. Apesar das referidas normas jurídicas, o Poder Judiciário, quando não decide pela correção a partir do ajuizamento da ação, tem decidido, na grande maioria das vezes, que a indenização deve ser atualizada desde a data do evento danoso, em compasso com a Súmula 43, do STJ, conforme podemos observar na jurisprudência abaixo:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVATINVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. Prescrição inocorrência aplicação, in casu, do prazo trienal para exercício da pretensão**



(CC/2002, art. 206, § 3º, IX; STJ, Súmula nº 405), que se inicia com a ciência inequívoca da invalidez permanente do segurado, e não a partir da data de ocorrência do acidente Súmula 278 do C. STJ laudo pericial que atesta inequivocamente a invalidez permanente concluído em 03.JUL.2013 ajuizamento da ação em 24.SET.2012 o termo inicial de incidência da correção monetária é a data do evento danoso, in casu, a data do acidente automobilístico inteligência da Súmula nº 43 do STJ. Sentença mantida integralmente. Recurso da ré não provido. (Apelação Cível 0195755-36.2012.8.26.0100 – Des. Rel. Berenice Marcondes Cesar – 28ª Câmara de Direito Privado – DJ 21.10.2014).

Tal entendimento acabou consolidado pelo STJ quando julgou, nos termos do art. 543-C, do CPC, o REsp 1483620/SC:

“RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.

2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.

3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).

4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.

5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.

6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015)”.

Como se lê na ementa acima, o STJ, por meio desse julgamento, sedimentou o entendimento de que a correção monetária “opera-se desde a data do evento danoso”.

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, os juros moratórios deverão incidir a partir da citação, nos moldes do que estabelece o art. 398 e 405 do Código Civil, Súmula 426 do STJ, e a correção monetária incida apenas na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária ou que incida a partir do evento danoso conforme a súmula 43 do STJ.

## 6. DA IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS





Excelência, a parte autora não poderá pleitear a condenação da demandada em honorários advocatícios. Ocorre que se trata de pedido juridicamente impossível, pelas razões de direito a seguir esposadas.

Em sua petição inicial, a parte demandante requer a concessão dos auspícios da gratuidade de justiça, com fundamento na Lei nº 1.060/50, a lei de assistência judiciária. A referida lei, em seu artigo 4º e parágrafo primeiro, permite a concessão do benefício em favor do solicitante mediante afirmação de que não tem condições de arcar com as custas judiciais e honorários de advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que se trata de presunção *iuris tantum*.

A possibilidade de contratação de um patrono particular por uma pessoa que se afirma pobre no sentido da lei de assistência judiciária é de questionável possibilidade, pela flagrante incompatibilidade que há entre a situação de hipossuficiência financeira e os ônus contratuais que se impõem nesta relação de prestação de serviço. Muito embora a jurisprudência não seja pacífica, há julgados alegando a possibilidade desta contratação, com fundamento na inafastabilidade da prestação jurisdicional, consignada no artigo 5º da Constituição da República.

Nestes termos, tendo o autor a faculdade de resolver a questão administrativamente, ou mesmo procurar a Defensoria Pública, é evidente que condenar a demandada em honorários advocatícios no percentual máximo não é uma medida amparada em critérios de razoabilidade, nem de proporcionalidade. Trata-se de uma medida não amparada nos termos da lei, posto que leva ao enriquecimento ilícito do patrono às custas da seguradora que sequer teve a oportunidade de resolver a questão de forma oportuna; descaracteriza a Defensoria Pública enquanto instituição; e demonstra categoricamente que o órgão jurisdicional não é imparcial, mas sim que está comprometido apenas com a parte demandante.

Mesmo que este não seja V. entendimento, não se pode perder de vistas que a simplicidade da causa é elemento crucial para a fixação de honorários. Assim, recomenda-se a fixação no percentual de 10% sobre o valor da condenação, consoante regra esculpida na lei processual civil, precisamente no artigo 85, parágrafo 2º, e seus incisos, o que se requer. Na hipótese de procedência parcial deverá ser observada a regra contida no art. 86 do Código de Processo Civil.

Entretanto, na remota hipótese de procedência parcial da ação em comento deverá ser observada a regra contida no art. 86 do Código de Processo Civil.

Desta feita, o pedido da condenação da demandada em honorários advocatícios não possui amparo na legislação vigente, motivo pelo qual se trata de pedido juridicamente impossível.



Caso assim V. Exa. não entenda desta forma, que a condenação se dê no percentual mínimo, 10% de honorários advocatícios, considerando sua simplicidade.

## 7. CONCLUSÃO

Ante o exposto, aguarda-se, serenamente, pela extinção do feito sem julgamento do mérito, tendo em vista as preliminares arguidas.

Caso Vossa Excelência não entenda, requer seja a ação julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal da autora, sob pena de confissão.

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da patrona, **Dra. LUANA SILVA SANTOS, OAB/PA nº. 16.292 e Dra. MARILIA DIAS ANDRADE, OAB/PA nº. 14.351**, com Escritório Profissional citado à Av. Generalíssimo Deodoro, 457, Umarizal - CEP: 66055-240, Belém-PA, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos;

Pede deferimento.

União, 18 de julho de 2019.

**P.p. LUANA SILVA SANTOS**  
**OAB/PA nº. 16.292**



**QUESITOS PARA PERICIA:**

- 1- Há algum membro/órgão da parte autora danificado? Qual?
- 2- A vítima já foi submetida a tratamentos médicos capazes de minimizar o dano?
- 3- A vítima é acometida de invalidez permanente? A vítima está incapacitada para o desempenho do exercício de toda e qualquer profissão? (Art. 3º, § 1º da Lei nº. 6.194/74)
- 4- Em caso de invalidez permanente, esta decorre do acidente narrado pela parte autora na petição inicial ou é oriunda de circunstância anterior?
- 5- Restando configurada a invalidez permanente, esta se configura como total ou parcial?
- 6- Em sendo comprovada a invalidez permanente parcial, esta é completa ou incompleta? (Art. 3º, § 1º inciso I e II da Lei nº. 6.194/74)
- 7- Em sendo incompleta, qual a repercussão dos danos (intensa 75%, média 50%, leve 25% ou por sequelas residuais 10%)? (Art. 3º, § 1º inciso II da Lei nº. 6.194/74)



ANEXO  
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i>	<i>Percentual Da Perda</i>
<b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais Das Perdas</b>
<b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do báculo					

#### GRADUAÇÃO INCIDENTE SOBRE O PERCENTUAL DA LESÃO:

- 10% - SEQUELA
- 25% - LEVE
- 50% - MÉDIO
- 75% INTENSO
- 100% COMPLETA



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE UNIÃO - PI**

**Processo nº. 0800005-16.2019.8.18.0076**

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A** empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 "5º andar" Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, a qual requer desde já a sua substituição, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que lhe promove **JOEL FREITAS DA SILVA**, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do instrumento de procuração (em cópia autêntica) em anexo, em tudo atendidas as formalidades legais pertinentes.

Requer, por oportuno que as publicações e registros no sistema de informática deste E. Tribunal sejam feitos em nome do seguinte advogado: **Dr. LUCAS NUNES CHAMA, OAB/PA 16.956**, com Escritório Profissional situado à Av. Travessa Quintino Bocaiuva, nº. 1191, Bairro Reduto, CEP: 66053-240, Belém-PA, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos;

Pede deferimento.



Belém, 2 de agosto de 2019.

**P.p. LUANA SILVA SANTOS**

**OAB/PA 16.292**

**P.p. MARILIA DIAS ANDRADE**

**OAB/PA 14.351**

**P.p. LUCAS NUNES CHAMA**

**OAB/PA 16.956**



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA  
ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO - PI

Processo nº. 0800005-16.2019.8.18.0076

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**  
empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 "5º andar" Centro - RJ,  
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, a qual requer desde já a sua  
substituição, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE  
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que lhe promove **JOEL FREITAS DA  
SILVA**, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do instrumento de procuração  
(em cópia autêntica) em anexo, em tudo atendidas as formalidades legais pertinentes.

Requer, por oportuno que as publicações e registros no sistema de  
informática deste E. Tribunal sejam feitos em nome do seguinte advogado: **Dr. LUCAS  
NUNES CHAMA, OAB/PA 16.956**, com Escritório Profissional situado à Av. Travessa  
Quintino Bocaiuva, nº. 1191, Bairro Reduto, CEP: 66053-240, Belém-PA, para efeito de  
intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos;

Pede deferimento.

Belém, 2 de agosto de 2019.

**P.p. LUANA SILVA SANTOS**  
**OAB/PA 16.292**

**P.p. MARILIA DIAS ANDRADE**  
**OAB/PA 14.351**

**P.p. LUCAS NUNES CHAMA**  
**OAB/PA 16.956**





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20011-904, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 2.237.060, SSP-DF, CPF/MF nº 186.088.769-49, e por seu Diretor, **MILTON BELLIZIA FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 8.536.007-7, SSP/SP, CPF/MF nº 040.985.308-99, doravante denominada **OUTORGANTE**, nomeia e constitui seus bastantes procuradores adiante listados, ambos com endereço profissional na sede da Outorgante:

#### OUTORGADOS:

- 1) **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ 71.709;
- 2) **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132;
- 3) **MARIANA ROSADO SATHLER**, CPF/MF nº 071.487.547-39 e OAB/RJ nº 113.702;
- 4) **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545;
- 5) **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974;
- 6) **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969;
- 7) **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674;
- 8) **JULIANA DANTAS BORGES**, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435,

#### PODERES:

Os poderes da cláusula **AD JUDICIA ET EXTRA** para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, Ordem dos Advogados do Brasil, em seu Conselho Federal e Seccionais; Conselhos Regionais e Federal de Medicina; Conselhos Regionais e Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselhos Regionais e Federal de Enfermagem; Conselhos Regionais e Federal de Odontologia, ou qualquer outro órgão de classe profissional, podendo firmar compromisso, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar e ratificar termos e compromissos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, promover a defesa dos interesses da Outorgante, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, estando os Outorgados, desde já, **autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento**, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado Mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos financeiros, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no **Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2** ou outra conta bancária que venha a Outorgante indicar por escrito, em nome da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF 09.248.608/0001-04.

O presente mandato poderá ser substabelecido, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes.

**VALIDADE: prazo indeterminado.**

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

**MILTON BELLIZIA FILHO**  
DIRETOR



CARTÓRIO  
**VANELE FALCÃO**  
Av. Erasmo Braga, 255, loja A  
Centro - Rio de Janeiro  
Tel: (21) 2532.2121 - 2533.2121 - 2544.2121 088930AA707900

**21º OFÍCIO DE NOTAS - Dra. VANELE FALCÃO - TABELA DE NOTAS**  
Av. Erasmo Braga, n.º 255 loja A - Centro - Tel.: (21) 2532-2121 05 de Dezembro de 2018  
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de  
**JOSE ISMAEL ALVES TORRES; MILTON BELLIZIA FILHO.....**

Em testemunho  
Mat. GUILHERME LEAL DE MENEZES WENCESLAU - Escrevente  
Emolumentos: R\$ 11,12 TJ-Fundos R\$ 4,56 Total: R\$ 15,68  
ECVK14276-RCS, ECVK14277-RFI  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dra. MARIANA ROSADO SATHLER**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 113.702 e no CPF/MF sob o nº 071.487.547-39, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/PA nº 3.259; **THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PA nº 3574; **CARLOS THADEU VAZ MOREIRA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PA nº 5.927; **LUANA SILVA SANTOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PA 16.292; **MARIA DA GRAÇA MEIRA ABNADER**, brasileira, casada, inscrita na OAB/PA nº 1.254; **MARIA DE FATIMA VASCONCELOS PENNA**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/PA nº 1.253; **MARIA LÚCIA ALVES DA CUNHA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PA 3.619; **MARÍLIA DIAS ANDRADE**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PA 14.351; **MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/PA nº 6.778; **PEDRO MIGUEL LARCHER DAS NEVES FELIX ALVES**, português, casado, inscrito na OAB/PA nº 11.201 e O.A. 20251L (O.A. Portugal); **RODOLFO MEIRA ROESSING**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/PA nº 12.719; **ROSA MARIA MORAES BAHIA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/PA nº 4.847; **ROSANE PATRÍCIA PIRES DA PAZ**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PA nº 8.423, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA CAVALCANTE, PEREIRA & ASSOCIADOS – ADVOCACIA S/S**, inscrita na OAB/PA sob o nº 65, com escritório situado na Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1165, Bairro do Reduto, Belém - PA, CEP: 66053-240 TEL.: (91) 4009-1252, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019.



**MARIANA ROSADO SATHLER**  
OAB/RJ 113.702







Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

00-2019/130964-8

27/02/2019 - 11:58:54

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003525847 - 20/02/2019

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	595,00	595,00
DREI	21,00	21,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Boleto(s): 102986845

Hash: FB4F7F0-FA9E-46FC-BF9F-2727A4868488



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Rio de Janeiro

Local

27/02/2019

Data

#### Representante legal da empresa

Nome:	
Assinatura:	
Telefone de contato:	41610 Bitton Rodrigues
E-mail:	Milton Bellizia Filho
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	27/02/2019
Data da 1ª entrada:	



00-2019/130964-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

icação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

Num. 5845381 - Pág. 6

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2018**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 19 (dezenove) de dezembro de 2018, às 10h05, na Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de dezembro de 2018.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares Roberto Barroso, Celso Damadi, Fernando Barbosa de Oliveira, Rosana Techima Salsano, Tarcísio José Massote de Godoy, Márcio de Moraes Palmeira, Sven Robert Will, Marcelo Goldman, João Gilberto Possiede, Hélio Hiroshi Kinoshita, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto, Otacílio Pedrinha de Azevedo e Maurício Bernardes. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes, Leonardo Freire de Semenovitch, Rafael Alvino Gozer, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho e Paulo Augusto Freitas de Souza, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto. Fica consignada a participação, através de sessão de videoconferência, na Avenida Paulista, nº 2064/2086 – 14º andar – Salas 1458/1459, Bela Vista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, dos Srs. Celso Damadi, Sven Robert Will e Marcelo Goldman; na Marcelo T. de Alvear 1541, Buenos Aires, Argentina, da Sra. Rosana Techima Salsano;

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a reeleição de Diretores Estatutários da Companhia.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, para um mandato até o dia 31 de março de 2021; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 19 de dezembro de 2018, às 10h05  
Página 1 de 3

*Assinatura*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para um mandato até o dia 31 de março de 2021; c) **MILTON BELLIZIA FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresa, titular do documento de identidade nº 8.536.007-7, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.985.308-99, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para um mandato até o dia 30 de junho de 2021; (d) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora sem designação específica, para um mandato até a o dia 19 de dezembro de 2019; e (e) **ANDRÉA LOUISE RUANO RIBEIRO**, brasileira, separada, administradora de empresa, titular do documento de identidade nº 15.913.978-8, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 095.281.718-77, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica da Companhia, para um mandato até a o dia 19 de dezembro de 2019. A posse dos diretores ora reeleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora reeleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em decorrência do item (i), os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, ratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	19.12.2018	31/03/2021	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	19.12.2018	31/03/2021	Sem função específica
3	Milton Bellizia Filho	19.12.2018	30/06/2021	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 19 de dezembro de 2018, às 10h05  
Página 2 de 3

*Luana*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

icação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

Num. 5845381 - Pág. 8



4	Cristiane Ferreira da Silva	19.12.2018	19/12/2019	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP n° 234/03 e Resolução CNSP n° 321/15) (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	19.12.2018	19/12/2019	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n° 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP n° 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)

**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.**

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
**Isabella Maria Azevedo da Cunha**  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 19 de dezembro de 2018, às 10h05  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

Num. 5845381 - Pág. 9

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2237060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopez, nº 25, apto 402 – Lagoa, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de dezembro de 2018, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato a até o dia 31 de março de 2021, permanecendo em seu cargo até a investidura de novo administrador. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito, e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

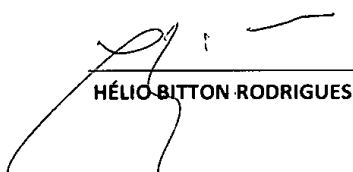
**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Cupertino Durão, nº 101 – Apto. 301, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22441-030, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (“Companhia”) na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de dezembro de 2018, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato até o dia 31 de março de 2021, permanecendo em seu cargo até a investidura de novo administrador. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 7/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**MILTON BELLIZIA FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresa, titular do documento de identidade nº 8.536.007-7, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.985.308-99, residente e domiciliado na Rua Eurico Cruz, nº 24 – Apto 502 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22461-200, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (“Companhia”) na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de dezembro de 2018, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato até o dia 30 de junho de 2021, permanecendo em seu cargo até a investidura de novo administrador. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
**MILTON BELLIZIA FILHO**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122


**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pelo SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliada na Rua Itapimirim, nº 11 – Apto 51B, Vila Andrade – Morumbi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, eleita como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (“Companhia”) na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de dezembro de 2018, é investida no cargo para a qual foi eleita mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato até o dia 19 de dezembro de 2019, permanecendo em seu cargo até a investidura de novo administrador. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
**CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 9/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**ANDRÉA LOUISE RUANO RIBEIRO**, brasileira, separada, administradora de empresa, titular do documento de identidade nº 15.913.978-8, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 095.281.718-77, residente e domiciliada na Av. Flamboyants da Península, nº 300 – Bloco 2 – Apto 604, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, CEP 22776-070, eleita como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (“Companhia”) na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de dezembro de 2018, é investida no cargo para a qual foi eleita mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato até o dia 19 de dezembro de 2019, permanecendo em seu cargo até a investidura de novo administrador. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**ANDRÉA LOUISE RUANO RIBEIRO**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 10/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908020740484240000005596122>

Número do documento: 1908020740484240000005596122

## DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

## PORTARIA Nº 1.257, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.640372/2018-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 29 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 1.258, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.602340/2019-01, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## PORTARIA Nº 1.259, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604009/2018-53, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações dos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, tomadas na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de novembro de 2018:

I - Alteração da denominação social para TCO SEGUROS S.A.; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## PORTARIA Nº 1.260, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.601161/2019-49, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., CNPJ n. 33.061.813/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## PORTARIA Nº 1.261, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.602120/2019-19, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de COMPANHIA DE SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## PORTARIA Nº 1.262, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.602491/2019-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA, CNPJ n. 15.144.017/0001-90, com sede na cidade de Salvador - BA, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 8 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

## PORTARIA Nº 73, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando a competência delegada pela Resolução nº 390-CAS, de 31 de agosto de 2002, em seu Artigo 2º, Parágrafo 1º, alterado pela Resolução nº 11-CAS, de 28 de fevereiro de 2012, e os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 5/2019-CGPR/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa Y J COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, CNPJ nº 31.559.330/0001-45, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico do Projeto nº 5/2019-CGPR/SPR, para prestação de serviço de Armazenagem e Transporte de Cargas, na Zona Franca de Manaus.

Art. 2º Determinar, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, quando aplicáveis;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

LUCAS FERRAZ

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR Nº 6, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º, 59 a 63 e 112, decide:

1. No âmbito do Processo SECEX 52272.001668/2018-13, prorrogar por até dois meses, a partir de 27 de maio de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período da medida antidumping aplicada às exportações para o Brasil de pneus de automóveis, comumente classificadas no item 4011.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 32, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27 de julho de 2018, e tornar públicos os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão.	22/04/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	19/05/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	03/06/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	24/06/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	09/07/2019

2. No âmbito do Processo SECEX 52272.001503/2018-33, prorrogar por até dois meses, a partir de 16 de maio de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período da medida antidumping aplicada às exportações para o Brasil de laminados planos de aço ao silício, denominados magnéticos, de grãos não orientados (aço GNO), comumente classificadas nos subitens 7215.19.00 e 7216.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, da Coreia do Sul e de Taipei Chinês, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 27, de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 16 de julho de 2018, e tornar públicos os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão.	15/04/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	06/05/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	27/05/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	17/06/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	02/07/2019

3. No âmbito do processo SECEX 52272.001672/2018-73, prorrogar por até dois meses, a partir de 27 de maio de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período da medida antidumping aplicada às exportações para o Brasil de tubos com costura, de aços inoxidáveis austeníticos graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm e inferior a 2.032 mm, com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificadas nos subitens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China e Taipei Chinês, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 32, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27 de julho de 2018 e tornar públicos os prazos que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão.	25/04/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	15/05/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	04/06/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	24/06/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	10/07/2019

4. No âmbito do processo SECEX 52272.001738/2018-25, tornar públicos os prazos que servem de parâmetro para o restante da revisão da medida antidumping aplicada às importações brasileiras de cartões semirrigidos para embalagens, revestidos, dos tipos duplex e triplex, de gramatura igual ou superior a 200g/m², comumente classificadas nos códigos 4810.13.89, 4810.19.89 e 4810.92.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República do Chile, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 56, de 12 de setembro de 2018:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação.	18/03/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	08/04/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	08/05/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	26/05/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	17/06/2019



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código: 051520921300031.

31

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,  
 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



## Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C24CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

Validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 11/12





Parágrafo Único. Na hipótese da alínea "c" do inciso II do caput, o valor relativo ao RAT calculado pelo Setip não deverá ser informado no campo compensação, sendo devido o seu recolhimento." (NR)

Art. 3º

II - preencher o campo "Outras Entidades" com o código 003 (Salário Educação=INCRJA);

Parágrafo Único. A contribuição destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) devida sobre a comercialização da produção rural deve ser recolhida por meio de Guia da Previdência Social (GPS) avulsa, no código 2712 (Comercialização da Produção Rural - CEI - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SENAR)), gerada no Sistema de Acréscimos Legais (SAL) disponível no site da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), no endereço <http://receita.economia.gov.br>. (NR)

Art. 5º

Parágrafo Único. A pessoa jurídica adquirente deve efetuar o recolhimento da contribuição destinada ao Senar devida sobre a aquisição de produção rural dos produtores de que trata o caput por meio de GPS avulsa, no código 2615 (Comercialização da Produção Rural - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SENAR)), gerada no SAL disponível no site da RFB, no endereço <http://receita.economia.gov.br>. (NR)

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 29 de janeiro de 2019.

MARCOS HUBNER FLORES

## SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1.234, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 3 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 126, Seção 2, página 51, de 4 de julho de 2017, e pelo art. 3º, inciso II da Portaria nº 12.746, de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.386, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04977.015317/2018-00, resolve:

Art. 1º Autorizar o município de Bertioço, no Estado de São Paulo, a construir Centro de Comercialização de Produtos voltados ao Turismo - Promoção de Cursos e Palestras, dirigidos ao desenvolvimento do artesanato local, na Área do Forte São João, conforme manifestação favorável do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e demais elementos apresentados no processo 04977.015317/2018-00.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, inclusive em relação aos órgãos ambientais, bem como não implica na constituição de direito ou domínio, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º A autorização de obras prevista nesta Portaria é ato precário, revogável a qualquer tempo, e não permite a transferência de domínio, que dependerá da outorga de Cessão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 121, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007109/2018-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a criação do Plano de Benefícios Odeprev Brasil, CNPJ nº 1994.0040-29, administrado pela Odebrecht Previdência, e a transferência de gerenciamento da parcela cindida para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Aprovar o Regulamento do Plano Riogaleoprev, a ser administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, e inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, sob o nº 2019.0003-18.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão firmado entre a Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A., CNPJ 19.726.111/0001-08, na condição de patrocinadora do Plano Riogaleoprev, e o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 135, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007251/2018-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa BEN Benefícios e Serviços S/A, CNPJ nº 30.798.783/0001-61, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria da Santanderprevi, CNPJ nº 1992.0015-29, e a entidade SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 136, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.007252/2018-43, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, CNPJ nº 03.502.968/0001-04, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria da Santanderprevi, CNPJ nº 1992.0015-29, e a entidade SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 137, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007272/2018-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Esfera Fidelidade S.A., CNPJ nº 31.595.265/0001-03, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria da Santanderprevi, CNPJ nº 1992.0015-29, e a entidade SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.jucerja.rj.gov.br/validar> pelo código 0515301901500029

29

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

### RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria Susep/Diorg n. 1.257, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU de 13 de fevereiro de 2019, seção 1, página 31, Onde se lê: "... conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 29 de dezembro de 2018."

Leia-se: "... conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 19 de dezembro de 2018."

PORTARIA Nº 1.268, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635995/2018-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, CNPJ n. 62.088.042/0001-83, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.269, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635995/2018-77, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na assembleia geral extraordinária realizada em 17 de outubro de 2018:

a - Aumento do capital social em R\$ 740.000.000,00, elevando-o para R\$ 3.849.578.956,63, dividido em 4.726.767.153 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

b - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 7, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SECEX 52272.001954/2018-71, decide tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 99, de 25 de novembro de 2013, aplicada às importações brasileiras de escovas para cabelo, comumente classificadas no item 9603.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória de investigação	27 de maio de 2019
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	17 de junho de 2019
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	04 de julho de 2019
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	24 de julho de 2019
art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	13 de agosto de 2019

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 8, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 112, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001730/2018-69, decide prorrogar por até dois meses, a partir de 3 de agosto de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de produtos laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35mm, mas inferior a 4,75mm, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, da Taipé Chinesa e do Vietnã, comumente classificadas nos itens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 41, de 2 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 3 de outubro de 2018.

Adicionalmente, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, decide tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida revisão:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória de investigação	5 de junho de 2019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



### Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2019/130964-8 Data do protocolo: 27/02/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 28/02/2019 SOB O NÚMERO 00003535154 e demais constantes do termo de autenticação.

icação: D18601978E05F2188437916742B84E3B8C824CF5B3AE0501467C880C4DF3FDF8

validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 12/12



Assinado eletronicamente por: LUANA SILVA SANTOS - 02/08/2019 07:40:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080207404842400000005596122>

Número do documento: 19080207404842400000005596122



**SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, **COM RESERVA DE IGUAIS**, os poderes a mim conferidos, por **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**, com sede a Rua Minas Gerais, nº 209, Higienópolis, São Paulo-SP, CEP: 01244-011, inscrita no CNPJ sob o nº 67.865.360/0001-27; **ARUANA SEGUROS S/A**, com sede na Rua Visconde de Pirajá, 547, sala 802, parte, Ipanema, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 07.017.295/0001-58; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, COM**, com sede na Avenida Rio Branco nº 80 – 13º, 15º ao 20º andar, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.448.150/0001-11; **BCS SEGUROS S/A**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar, Centro – CEP: 20.030-021, inscrita no CNPJ sob o nº. 48.076.897/0001-63; **BRADESCO AUTO RE CIA DE SEGUROS**, com sede da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº. 225 Rio Comprido - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 92.682.038/0001-00; **BRADESCO SEGUROS S.A.**, com sede da Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista nº. 1.1415, parte – Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93; **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, com sede na Cidade de Deus, s/nº Vila Yara – Osasco/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 51.990.695/0001-37; **BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, Rua Senador Dantas, nº. 105 – 29º e 31º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.356.570/0001-81; **CAIXA SEGURADORA S/A**, com sede no SCN, Quadra 01, lote A, Edifício Number One, 15º, 16º e 17º andares em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.020.354/0001-10; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, nº 38, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.6026745/0001-32; **CENTAUR VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, com sede na Cidade de Curitiba, na Rua Nilo Cairo, nº. 171, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.516.278/0001-66; **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**, com sede na Rua Manuel Nóbrega, nº. 1280, 9º andar, paraíso, São Paula – SP, CEP 04001-004, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.196.889/0001-43; **COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL**, com sede na Cidade de Belo Horizonte, na Rua dos Caetés, nº. 745 – Centro - MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.197.385/0001-21; **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, com sede da Cidade de Recife/PE, na Av. Marquês de Olinda, nº. 175, Bairro do Recife, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.054.826/0001-92; **COMPANHIA MUTUAL SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1681 – 4º andar – Brooklin Novo – São Paulo, CEP: 04571-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.170.191/0001-39; **CONAPP – COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, nº 38, 10º andar – parte, Botafogo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.741.030/0001-30; **DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S/A**, com sede da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Itapiru, nº. 1287, Rio Comprido, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.697.723/0001-40; **EDR – SERVIÇOS TÉCNICOS DE SEGUROS LTDA**, com sede na Rua Lopes de Carvalho, nº. 101, na Cidade de Recife – PE, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.683.332/0001-18; **FEDERAL SEGUROS S/A**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua das Palmeiras nº. 72, Bairro Botafogo, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.928.219/0001-04; **FENASEG – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO**, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 13º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.623.893/0001-80; **GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco. nº128, 7º pavimento, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.072.307/0001-57; **HSBC SEGUROS (BRASIL) S/A**, com sede em Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, nº. 805 - 81630-010 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.538.446/0001-36; **INVESTPREV SEGURADORA S.A.**, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 222, Conj. 1001, Bairro: Auxiliadora, Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ sob o nº 42.366.302/0001-28; **ITAÚ SEGUROS S.A.**, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Avenida Eusébio Maloso, 891 - 20º andar – Pinheiros, inscrita no CNPJ nº 61.557.039/0001-07; **LIBERTY SEGUROS S/A**, com sede na Cidade de São Paulo-SP, Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº. 110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61.550.141/0001-72; **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº. 11.711, Brooklin Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38; **MBM SEGURADORA S/A**, com sede na Rua dos Andradas, nº. 772 – Centro – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.883.807/0001-06; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**, com sede na Alameda Santos, nº. 415 – 1º ao 5º Andares – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.016.221/0001-07; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, empresa com sede na Cidade de São Paulo/SP, na rua Vergueiro, 7213/7217, Ipiranga – CEP: 04273-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.031.334/0001-85; **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, com sede na Avenida Rio Branco, nº. 1489, Campos Elíseos, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF nº. 61.198.164/0001-60; **SABEMI SEGURADORA S.A.**, empresa seguradora com sede na rua sete de setembro, Nº 515, Terreo Andar 5 E 9 - 90.010-19 - Porto Alegre - RS e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38; **SANTANDER SEGUROS S.A.**, com sede em São Paulo/SP, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ sob o nº 87.376.109/0001-06; **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 “5º andar” Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04; **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A**,



com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Betriz Larragoiti Lucas, nº. 121, parte – Cidade Nova inscrita no CNPJ sob o nº. 33.041.062/0001-09; **SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Parte, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01. 704.513/0001-46; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**, com sede em Rua Treze de Maio, nº 1529 – Bela Vista – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.831.334/0001-74, a **ANA KARENINA DE OLIVEIRA MORAES**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 793.981.892-91, inscrita na OAB/PA 16.379; **ANDRESSA HELENA MELO FRAIHA**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 745.244.612-72, inscrita na OAB/PA 14.164; **ANTONIO ALEX CAVALCANTE ROCHA**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 899.015.842-72, RG 3987763, inscrito na OAB/PA 18.295; **ARTHUR LEDO MENDONÇA**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 004.641.992-63, inscrito na OAB/PA 21.490; **CARLOS EDUARDO GUEDES FRANCO**, brasileiro, solteiro, Paraense, CPF: 970.581.572-00, inscrito na OAB/PA 26.302; **GERFISON SOARES SILVA**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 928.505.022-00, inscrito na OAB/PA 22.615; **GYOVANA TEIXEIRA DANIN**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 882.364.122-53, inscrita na OAB/PA 21.071; **JANAINA EUTROPIO OLIVEIRA RODRIGUES**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 889.695.682-04, inscrita na OAB/PA 17.362; **LUCAS NUNES CHAMA**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 746.328.762-91, inscrito na OAB/PA 16.956; **MARCEL DE SANTA BRIGIDA BITTENCOURT**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 813.552.892-20, inscrito na OAB/PA 16.786; **NATALIA CAVALCANTE RAIOL**, brasileira, solteira, Paraense, CPF: 867.887.872-04, inscrita na OAB/PA 25.150; **PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 007.408.542-59, inscrito na OAB/PA 22.676; **RAISSA BERNARDO SOARES CARRALAS**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 946.498.042-72, inscrita na OAB/PA 16.494; **RENATA CASTRO DE MENEZES**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 820.926.052-91, inscrita na OAB/PA 14.350; **RITA DE CASSIA GAIA CABRAL**, brasileira, solteira, paraense, CPF: 020.978.552-70, inscrita na OAB/PA 26.609; **SANDRO HENRIQUE SILVA DE QUEIROZ**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 020.649.182-48, inscrita na OAB/PA 25.006; **STÊNIO RAYOL ELOY**, brasileiro, solteiro, paraense, CPF: 708.081.982-20, inscrito na OAB/PA 13.106; **SUELEN CAROLINE SILVA DE QUEIROZ**, brasileira, divorciada, Paraense, CPF: 962.139.062-15, inscrita na OAB/PA 26.749, todos integrantes do escritório Cavalcante, Pereira & Associados Advocacia S/S, com endereço profissional na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 457, 2º, 3º e 4º andares, Bairro Umarizal, CEP 66055-240 na cidade de Belém – PA.

Belém, 8 de abril de 2019.

  
**LUANA SILVA SANTOS**  
**OAB/PA Nº 16.292**

**P.p. MARÍLIA DIAS ANDRADE**  
**OAB/PA nº. 14.351**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO**  
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

---

**PROCESSO Nº:** 0800005-16.2019.8.18.0076

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** JOEL FREITAS DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que, nesta data, consultando o presente feito, constatei que a parte Requerida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, foi devidamente citada para contestar a presente Ação (ID 5460900). Certifico porém que a mesmo contestou, conforme (ID 5691628), datada de 16/07/2019, acostada aos presentes autos.

O referido é verdade e dou fé.

UNIÃO-PI, 27 de novembro de 2019.

**FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de União/PI.**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO**  
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

---

**PROCESSO Nº:** 0800005-16.2019.8.18.0076

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** JOEL FREITAS DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **ATO ORDINATÓRIO**

considerando que a parte Requerida apresentou contestação aos autos, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a referida contestação de ID nº [5691628].

UNIÃO(PI), 27 de novembro de 2019.

**FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de União/PI.**

